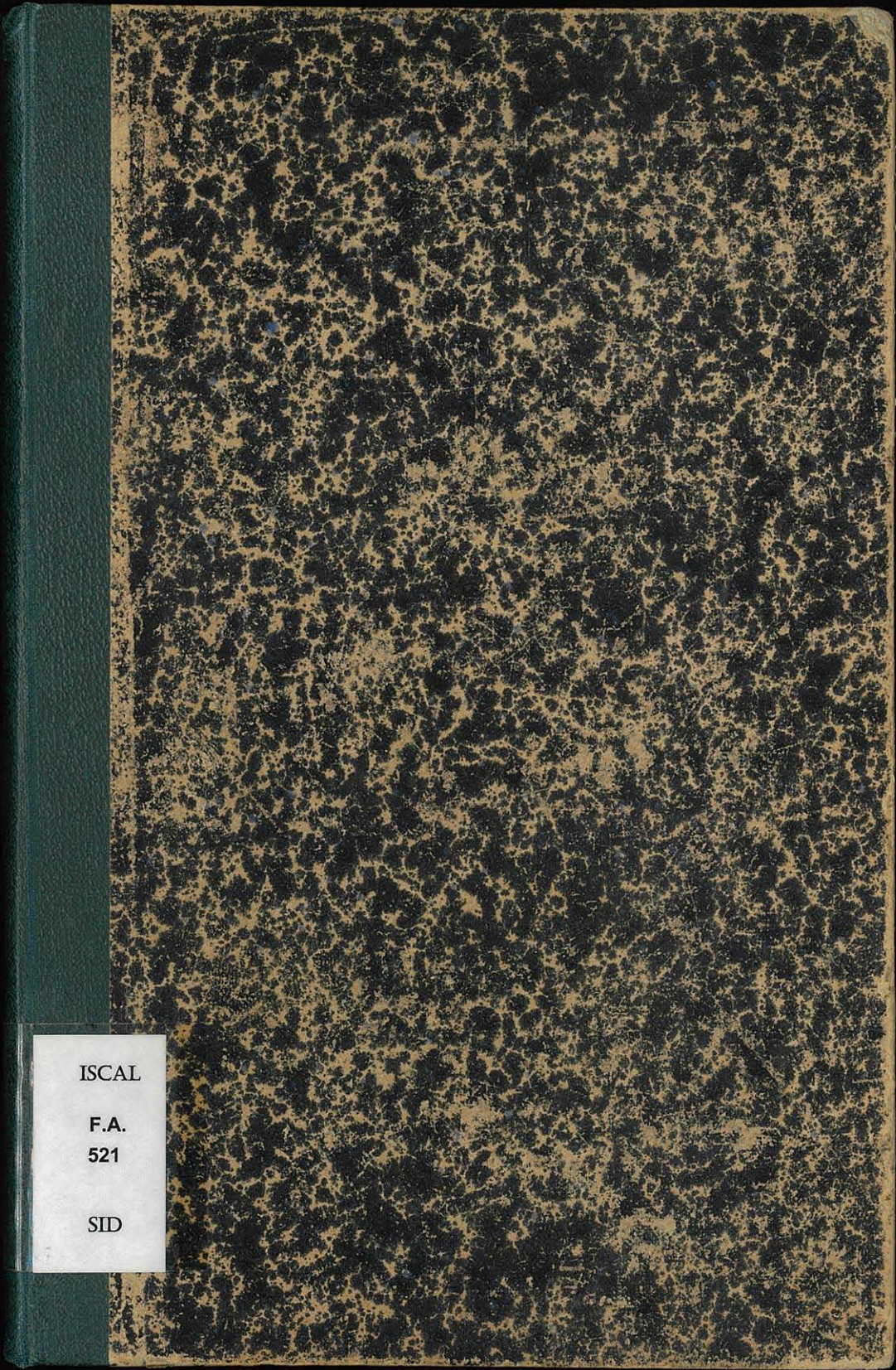


The image shows the front cover of an old book. The cover is decorated with a dense, dark brown and black marbled pattern over a lighter tan background. A dark green, textured spine is visible on the left side. A small white label is affixed to the bottom left corner of the cover.

ISCAL

F.A.
521

SID

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

ORGANISAÇÃO

DO

ENSINO INDUSTRIAL E COMMERCIAL

APPROVADA POR

DECRETO DE 8 DE OUTUBRO DE 1891



LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1891

RELATORIO

Senhor. — As alterações que o governo introduz nos estabelecimentos de ensino industrial e commercial dependentes do ministerio das obras publicas, commercio e industria, inspiram-se no proposito de lhes communicar o espirito de economia que deve presidir a todos os serviços publicos, de tal modo que não só o thesouro faça com elles o minimo dispendio, mas ainda se colha da sua organização o maior proveito possivel.

As nossas ambições de bem estar e progresso têm forçosamente que se medir pelas nossas forças, e não são ellas infelizmente tantas que não precisemos de as empregar com a mais rigorosa parcimonia. Não podemos por enquanto possuir todo o ensino que seria para desejar, mas o que podemos e devemos desde já, é concentrar o que possuímos para que satisfaça cabalmente á sua importantissima missão.

A reforma dos Institutos industriaes e commerciaes limita-os ao ensino medio. Tiraram-se-lhes os cursos elementares e os pretendidos cursos especiaes ou superiores.

A manutenção do ensino elementar nos Institutos, ainda depois do estabelecimento das Escolas industriaes, só se justificava em Lisboa, onde ha grandes distancias, por se não ter podido situar nenhuma dentro da extensa area que vae de Xabregas a Alcantara; mas o facto é que mesmo na capital os cursos industriaes elementares não foram procurados, a não ser para o estudo do desenho, e esta disciplina pôde ir por igual aprender-se ao pé do Instituto na Escola de Bellas Artes. Attendendo porém a que a falta de frequencia dos cursos elementares resultaria prin-

principalmente da sua imperfeita adaptação ás necessidades profissionais dos operarios, o governo está na tenção de approximar mais do centro da cidade uma das escolas industriaes actualmente collocadas nos seus extremos. Saem tambem para fóra dos Institutos os cursos elementares de commercio, mas não se supprimem. O governo espera transformar-os em escolas, auxiliando-se para esse fim das Associações commerciaes de Lisboa e Porto, que se não recusarão de certo a dotal-as com os edificios e mobílias convenientes. Assim se terá dado um passo no caminho da boa administração, repartindo o estado com as corporações commerciaes das duas principaes praças do paiz o encargo da educação profissional que só aos membros d'essas corporações aproveita e que portanto sobre ellas deve com o tempo recair por inteiro.

Banidos os cursos elementares, cessava um dos motivos da existencia dos lentes e professores auxiliares da secção industrial e do guarda-livros da secção commercial; e, como os lentes e os professores effectivos se podem substituir entre si e é ao proprio magisterio da secção commercial que incumbe a direcção e vigilancia dos trabalhos praticos dos alumnos, ficam extinctos todos os empregos de auxiliares assim como o de guarda-livros. Apenas será mister transitoriamente chamar alguma vez substituto extraordinario para a cadeira de lingua ingleza ou allemã.

Se os Institutos não precisam de dar ensino elementar, para o ensino superior são insufficientes. Não lhes sobram estudos para habilitarem chefes de industria. Só de nome os têm formado, pois que os seus cursos chamados de directores são simplesmente da categoria dos cursos de conductores e não bastam na realidade para directores ou engenheiros. Nem essa é a sua missão. Os nossos engenheiros, se são de obras publicas, formam-se na Escola do Exercito e na Academia Polytechnica; se de minas ou industriaes, na mesma Academia, onde é de presumir que especialmente o ensino superior industrial chegue a tomar o maior incremento. Quanto ao curso superior de commercio, importa dissipar uma illusão a seu respeito. Elle é do mais elevado grau, sem duvida; mas no seu tanto. Não é propriamente um curso superior. Excellente seria que possuíssemos o alto ensino das sciencias economicas, como na Universidade possuímos o alto ensino das sciencias juridicas; mas não é talvez preciso mais do que temos para fazer a educação do pessoal dirigente da classe commercial, nem o curso superior de commercio que havia, a des-

peito dos seus cinco annos, alem do anno preparatorio, podia visar tão alto.

De harmonia com estas idéas, concentraram-se as forças docentes dos Institutos, de modo a ser-lhes possível ministrar uma educação mais solida ás classes medias a que se destinam.

Faziam-se dentro dos Institutos duas ordens de preparação para cursar as aulas industriaes ou commerciaes, — uma profissional, outra geral —; mas nem a primeira, que dava accesso para os cursos industriaes secundarios ou medios, era, pela sua propria natureza profissional, admissivel, nem valia a pena gastar um anno a adquirir a segunda, que, embora disposta para os cursos especiaes ou superiores, não suppria a falta de uma boa instrução primaria complementar, á qual só apparentemente pretendia acrescentar-se. Esta instrução complementar, ainda que se lhe não dê um tão largo programma como o official, é que, acrescentada com o conhecimento da lingua franceza, constitue a cultura geral adequada para os futuros mestres ou negociantes, da mesma maneira que a instrução primaria elementar para os futuros operarios ou caixeiros. Ora não só a lei de instrução primaria tornou obrigatorio ás camaras municipaes o estabelecimento de aulas complementares, mas por este mesmo decreto se determina agora a sua constituição nas Escolas industriaes com inclusão do ensino da lingua franceza. Não nos faltarão, pois, onde se aprendam os preparatorios para os Institutos.

Com a eliminação do curso geral preparatorio que tinham os Institutos, ficam disponiveis dois professores, um de geographia e historia, que é aproveitado para o ensino propriamente dito do commercio, outro de mathematica, que póde dispensar-se.

Differenciaram-se as duas secções, industrial e commercial, sem as separar, tendo bem em conta os subsidios que ellas mutuamente se prestam, mas tambem sem as confundir, assentando o ensino de cada uma na sua base propria, naturalista ou economica. A confusão do precedente regimen era tal que havia annos de curso commercial em que se não estudava nada de commercio.

A especificação dos cursos industriaes foi dictada pela propria classificação das industrias. Ha industrias que dependem sobretudo da sciencia, e ha-as que sobretudo dependem da arte. D'ahi os dois ramos, da sciencia industrial e da arte industrial. O ramo da arte industrial segue a triplice divisão das artes plasticas: á pintura corres-

ponde a pintura decorativa, á esculptura a esculptura decorativa e á architectura a construcção do mobiliário. O ramo da sciencia industrial abrange tres grupos: meca-nico ou do trabalho que applica as forças mecanicas, phy-sico ou do que applica as forças physicas, chimico ou do que applica as forças chemicas. Cada um d'estes grupos se subdivide em diversos generos; mas, porque não necessitamos de mais do que um curso industrial de physica e outro de chimica, basta-nos considerar a subdivisão da industria mecanica. Como a mecanica se decompõe em es-tatica e dynamica, assim a industria correlativa se subdivide em construcções architectonicas e em construcção e condução de machinas. E ainda as construcções archi-tectonicas variam com o material empregado e conforme são terrestres ou navaes. Caso as construcções terrestres se fa-çam principalmente com a propria terra, temos, se são superficiaes, as obras publicas, se profundas, a arte de mi-nas; caso se façam principalmente com pedra, ferro e ma-deira, temos as construcções civis. E tanto no dominio da sciencia industrial como no da arte industrial ha um nu-cleo de occupações communs, fundamentaes, que consti-tuem industrias geraes: são a do desenho industrial e a da tecnologia industrial geral.

Não chegavam os nossos meios para representar nos Institutos toda esta multiplicidade de industrias. Inseriu-se-lhes todavia o novo ramo de ensino da arte industrial, que apenas se achava em germen no antigo curso de dese-nhador; e, no ramo de sciencia industrial, o curso de tecnologia industrial geral e póde dizer-se que tambem o de construcção e condução de machinas, para o qual se deu ao ensino de machinas uma cadeira especial.

É escusado encarecer a importancia d'este ultimo curso. O ensino da arte industrial recommendava-se não só no interesse colectivo da sociedade, mas muito particularmente para o fim de habilitar professores para analogo ensino nas Escolas industriaes. Tambem o curso de tecnologia ha de contribuir para formar o magisterio das Escolas in-dustriaes, bem como das Escolas primarias complemen-tares que prepararem alumnos para os Institutos indus-triaes.

A divisão dos cursos de commercio resulta igualmente da natureza das cousas. Ha o pequeno e o grande com-mercio; e, ao lado do negociante de pequeno trato, encon-tra-se a auxilial-o o guarda-livros, assim como nas casas commerciaes mais importantes este serviço auxiliar tem que

ser desempenhado superiormente por um empregado de contabilidade financeira.

A semelhantes destinos se propõem os quatro cursos de commercio que se ordenam. Aproveitou-se para elles a antiga cadeira de geographia e historia, especializando-a no sentido commercial, a fim de, assim ampliados, se distribuirem os estudos descriptivos e historicos proporcionalmente á graduação dos cursos; ao passo que, fundindo-se n'uma só as duas aulas de contabilidade, que em varios pontos coincidião, e cujos exercicios convem fazer sobretudo em salas de estudo e em escriptorios, abriu-se logar para o exame attento das questões economicas relativas ao commercio, que até agora só se ensinavam na cadeira geral de economia politica, não obstante deverem constituir pela sua natureza o objecto predominante do ensino.

Conseguiu-se pela nova coordenação das disciplinas reduzir a tres annos o curso superior de commercio. O anno a menos com que ficam os seus alumnos em comparação de grande numero de alumnos da secção industrial, compensa-os da necessidade maior que têm de pratica profissional. De facto, os estudos industriaes, por se acharem relativamente em grande progresso, exigem mais tempo de aula, mas, por outro lado, como são muito menos complexos do que os estudos commerciaes, não demandam tão demorado tirocinio. Custa sempre muito mais aprender a tratar com homens do que a servir-nos das forças da natureza.

A reforma dos Institutos opera mudanças profundas em varias disciplinas, mas conserva cada secção com as cadeiras que tinha, reduzindo apenas as de mathematica, que eram quatro, a duas; pelo que passam á disponibilidade dois lentes effectivos. Esta redução provém de uma simplificação e de uma limitação do programma, e, como tal, é caracteristica.

Tudo nos Institutos deve convergir no sentido da utilidade pratica do ensino. Só assim é possível que as classes industrial e commercial os reconheçam por seus e consequentemente os procurem. Só assim elles pertencerão de facto a essas classes, ás quaes cumpre que sirvam, não só recrutando lá os seus alumnos, mas, o que é essencial, conduzindo-os para lá. Não que nos Institutos o ensino da mecanica, physica, etc., deva deixar de ser racional, recorrendo quanto preciso ás demonstrações mathematicas, nem tão pouco o ensino historico, economico e juridico do commercio deva abster-se de versar as questões de prin-

cipios; o que é mister, é que os professores se não esqueçam nunca de que não se acham em estabelecimentos de ensino geral, onde as explicações theoricas têm largo cabimento. Aqui ha de certo que educar o alumno, formando-lhe a razão e o gosto, imprimindo-lhe a capacidade interior de se dirigir, mas sem o lançar por isso em desenvolvimentos especulativos que possam sequer parecer divagações.

Varios preceitos estabelece o presente decreto para affeição os Institutos estritamente ao seu destino profissional. Dois especialmente merecem ser referidos. Um é a obrigatoriedade do trabalho technico do alumno tanto dentro como fóra dos Institutos, o que quer dizer que para futuro o alumno não ha-de apenas examinar collecções e assistir a experiencias, ou fazer visitas e excursões de estudo, como principalmente succedia até agora, mas terá tambem de pôr continuamente á prova o seu saber em exercicios de applicação pratica. O outro preceito é correlativamente a incumbencia aos professores da direcção das salas de estudo, laboratorios e officinas de trabalho manual, e bem assim da inspecção do tirocinio industrial ou commercial dos seus discipulos. Para que este tirocinio se converta n'uma realidade, o governo, alem de lhe ministrar as suas officinas de producção de material escolar, celebrará os acórdos necessarios para a collocação dos alumnos em estabelecimentos profissionaes, publicos e particulares.

Traçados assim os lineamentos da nova organização dos Institutos, é occasião de declarar bem expressamente que o governo, remodelando-os, teve o intento não só de preparar mestres e negociantes habéis, mas tambem de prover ao recrutamento do pessoal docente das Escolas industriaes e commerciaes menores. Tem o paiz feito já por vezes grandes despezas para chamar professores do estrangeiro, e os seus sacrificios não foram perdidos; não é comtudo de boa economia, nem nos ficaria bem, repetir indefinidamente este expediente, que é o triste e dispendioso recurso dos que se atrazaram na senda da civilização. A importação do pessoal dirigente, embora necessaria, não deixa de significar um mal maior do que a importação de objectos materiaes que o paiz poderia tirar do seu trabalho. Cumpre-nos por isso envidar todos os esforços para pôr os nossos estabelecimentos de ensino em condições de nos fornecerem professores. Só assim teremos assegurado a transmissão do saber, do espirito nacional,

de uma geração ás seguintes. Os Institutos estavam naturalmente indicados para servir de Escolas normaes ás pequenas aulas industriaes e commerciaes; e, com a nova organização que se lhes dá, poderão desempenhar satisfactoriamente tão importante função. Na secção industrial, ramo scientifico, o curso de construcções civis habilitará para o ensino architectonico, o de construcções de machinas para o ensino especialmente chamado mecanico (pois que estes ensinos, sem embargo da sua denominação, que circumstancias transitorias impõem, hão de abranger cada vez mais uma parte mecanica até se tornarem completamente profissionais), o de physica industrial e construcção de instrumentos de physica para o ensino de physica industrial, o da chimica industrial e construcção deapparelhos de chimica para o ensino de chimica industrial, e finalmente o curso de tecnologia industrial geral para o de tecnologia —; na mesma secção industrial, ramo artistico, os cursos de pintura e de esculptura decorativa habilitarão para o ensino da arte industrial por emquanto denominado desenho ornamental, e o curso de desenho industrial para o ensino geral do desenho industrial.

No entanto o governo julga prudente continuar mantendo, como faculdade se não como principio, a pratica anterior de contratar o pessoal docente nos paizes onde o ensino profissional chegou ao maior grau de desenvolvimento.

Não temos precisão de reproduzir nos dois Institutos cada um dos seus cursos. Haverá simultaneamente em Lisboa e no Porto os cursos todos da secção commercial, e, da secção industrial, os cursos de construcção e conducção de machinas, de chimica industrial e construcção de apparelhos de chimica, com o de tecnologia industrial geral que vae incluído n'elles; só em Lisboa os cursos de construcções civis e obras publicas, de metallurgia e arte de minas, de physica industrial e construcção de instrumentos de physica, e só no Porto os cursos de arte industrial. A razão da duplicação dos primeiros está por um lado nos grandes interesses commerciaes que se ligam tanto a Lisboa como ao Porto, e, por outro lado, na preponderancia da machina na industria moderna, assim como na diversidade das applicações industriaes da chimica. Para os ultimos não se póde contar com população escolar proporcionada a dois Institutos; e, distribuidos como ficam, parece ao governo que se conciliarão as vantagens geraes do paiz e do ensino com as justas conveniencias das duas cidades.

A especialização dos Institutos dispensa tres professores effectivos. Ao mesmo tempo o ensino da arte industrial reclama dois. Este serviço, porém, será incumbido a dois professores estrangeiros dos mais habéis que foram contratados para as Escolas industriaes, sem que com isto haja o menor acrescimo de despeza para o thesouro, pois que a reforma das mesmas escolas permite aproveitá-las para o exercicio das novas funcções durante a vigencia dos seus contratos.

Sob o ponto de vista financeiro, das alterações propostas resulta uma redução immediata e annual nas despesas publicas, calculada pelo orçamento do corrente anno em 13:000\$000 réis nos dois Institutos, a qual se elevará, no periodo definitivo, a cêrca de 35:000000 réis.

II

Na parte relativa aos Museus industriaes e commerciaes principalmente sobre tres pontos se concentrou a attenção do governo: — organização de uma secção colonial — criação de uma officina junto ao Museu do Porto, destinada a fornecer material artistico de ensino para as escolas industriaes — *Boletim dos Museus*, já creado pelo decreto de 19 de dezembro de 1888, mas que não chegou a publicar-se.

Pareceu ao governo que, sendo hoje a procura e o aproveitamento dos mercados e centros de produção e consumo das nossas colonias para a industria e para o commercio da metropole a grande e legitima preocupação do momento, se tornava urgente e indispensavel a organização nos Museus de uma secção especial, onde se encontrassem devidamente representados os artigos de produção colonial, que importam ao commercio da metropole e os do consumo das mesmas colonias que tanto precisam ser conhecidos e estudados pela industria do reino; uns e outros acompanhados de todos os dados e informações colhidos, quer directamente pela nossa administração colonial, quer por intermedio das publicações estrangeiras, dados e informações sem os quaes de pouco aproveitaria ao commercio a simples exposição dos productos tanto agricolas como industriaes.

Tem o commercio o direito de reclamar dos agentes officiaes todas as noticias dos inventos e novos processos industriaes, e das transformações e melhoramentos que uma sciencia poderosa incessantemente cria, e numerosas revistas estrangeiras registam, explicam e commentam,

pondo-as ao alcance de todos. Por outro lado a vida peculiar ás nossas industrias, o grau de aperfeiçoamento a que muitas têm chegado, a importancia, valor e qualidade dos seus productos, são outros tantos factos que importa publicar e fazer conhecer, para alargamento do consumo e estímulo ao proprio desenvolvimento e progresso industrial.

Reunir por fôrma concisa e clara o conjuncto d'esses elementos de informação e estudo em uma publicação mensal feita nos Museus, onde se consignem igualmente as indicações uteis, que elles são destinados a prestar, fazendo-os assim conhecidos e aproveitaveis a um publico consideravel e não como até agora a um numero diminuto de visitantes, publicação destinada a ser largamente distribuida pelo commercio e pela industria nacional, tal é o intuito do *Boletim*, que estando creado, como fica dito, desde 1888, não chegou a passar de uma generosa aspiração, talvez pelo restricto pessoal com que os museus ficaram dotados.

E, porque a reforma dos institutos torna disponivel uma parte do seu pessoal administrativo e menor, a quem se haviam de conservar os respectivos vencimentos de categoria, pareceu conveniente determinar que algum seja mandado prestar serviço nos Museus, quando assim convier, e enquanto o seu trabalho ahi se mostrar de vantagem e utilidade. Assim, a secção especial destinada aos assumptos coloniaes poderá formar-se mais rapidamente e tornar-se effectiva a publicação do *Boletim*.

A officina junta ao museu do Porto tem por principal fim fornecer gradualmente todo o material artistico de ensino ás Escolas industriaes, coordenando-o, classificando-o, e distribuindo-o methodicamente, o que, alem de dever produzir n'um futuro proximo economia avultada tem indiscutiveis vantagens pedagogicas, e todas as que resultam moralmente da nacionalisação do proprio ensino, que não deve viver indefinidamente do emprestimo de modelos estrangeiros, colleccionados tantas vezes ao acaso. Assim como devemos defender os mercados nacionaes na metropole e nas colonias, nacionalisando o consumo e affrontando a concorrência onde e sempre que possa ser, igualmente nos cumpre robustecer e educar a geração futura na escola e na officina nacional, resuscitando e procurando de novo radicar a tradição e o typo caracteristico da arte portugueza.

Importa evidentemente a creação da officina uma des-

peza immediata, mas cabe nas verbas inscriptas no orçamento actual para as despesas do ensino profissional, e, por isso, não obriga ao pedido de novos recursos.

III

A reforma das Escolas industriaes apoia-se fundamentalmente sobre as seguintes bases:— a economia resultante do aproveitamento e concentração dos recursos financeiros, materiaes, e pedagogicos, de que podemos dispor;— a sua distribuição racional pelos focos industriaes que têm vida real, na devida proporção, ou ainda pelos que promettem por signaes evidentes do presente a refflorescencia do trabalho util e glorioso de outr'ora;— a introdução dos trabalhos manuaes com character educativo em todas as Escolas industriaes;— a organização de um curso complementar, em Lisboa e Porto, formando a ligação entre as Escolas e os Institutos industriaes;— a accentuação do character especial e profissional do ensino nas differentes disciplinas de instrução industrial, dada sobretudo pelo desenvolvimento do trabalho officinal;— a ligação do ensino theorico e pratico, correndo parallelamente, e sempre e em tudo inseparaveis e, como consequencia a organização de uma secção de technica officinal, em que a caracterização das officinas e a sua distribuição, segundo um plano que se irá gradualmente executando, são subordinadas á feição peculiar das industrias e das tradições industriaes das respectivas localidades;— finalmente, a distribuição das disciplinas e a fixação dos cursos por uma fórmula deductiva e logica dos elementos de ensino em cada escola professado, regularizando-o e tornando-o efficaz.

Não julgo necessario desenvolver miudamente cada um d'estes pontos, porque n'esta parte o projecto do decreto, que tenho a honra de submeter á apreciação de Vossa Magestade, é sobremaneira desenvolvido, contendo até materia de natureza regulamentar, o que pareceu conveniente para que a nova feição dada ao ensino possa ser desde logo comprehendida e mais facilmente executada no proximo anno lectivo, cuja abertura vae realizar-se. Assim se procurou obviar quanto possivel ás hesitações e duvidas, que uma transformação tão importante dos processos de ensino, até agora observados, naturalmente fazia suppor e reccar por parte de alguma das numerosas escolas distribuidas por tantos pontos do paiz.

Supprimem-se algumas escolas, cuja utilidade não pa-

receu inteiramente justificada, ou cuja pouca frequencia e aproveitamento aconselhava naturalmente que os recursos n'ellas consumidos sem maior vantagem fossem concentrados em outras escolas de indiscutivel importancia, ou revertissem em proveito do thesouro. Assim ao passo que se supprime a escola de desenho industrial de Belem, proxima á de Alcantara, dota-se com mais largo ensino a de *Affonso Domingues*, em Xabregas, no intuito de collocar em dois pontos da cidade que são centros dos mais importantes bairros operarios, duas escolas devidamente organisadas.

Supprimem-se em outras algumas disciplinas, ou por virtude do plano de distribuição de antemão traçado sobre as bases já expendidas, ou para evitar duplicações de ensino das mesmas disciplinas e em uma mesma localidade, com verdadeiro sacrificio para o thesouro. Essas disciplinas, que eram, quasi todas, linguas portugueza e franceza, determina-se que possam ser frequentadas gratuitamente em alguns lyceus pelos que se destinam ás artes e officios, e sigam os cursos das escolas industriaes, não vindo assim por fórma alguma a população operaria a ser prejudicada com esta economia, que todas as circumstancias aconselhavam. Sempre para evitar inuteis duplicações supprime-se na escola de Guimarães a cadeira de lingua franceza, disciplina essa que em breve vae ser professada no Instituto da Senhora de Oliveira, d'aquella cidade.

Aproveita-se melhor o pessoal docente e ainda com economia, incumbindo ao mesmo professor, em dadas condições, a regencia de mais de uma disciplina.

Estas reduções tornavam-se absolutamente necessarias, desde que as circumstancias do thesouro não permittiam a organização do trabalho manual ou officinal em todas as escolas; e ensino industrial sem officina é uma phantasia tão provadamente reconhecida como dispendiosa.

É evidente que se não podem crear immediatamente todas as officinas que vão indicadas no plano da secção de technica officinal. Nem as dotações orçamentaes das escolas mantidas e reorganisadas o permittiriam, nem mesmo que o permittissem n'isso haveria grande utilidade. O seu desenvolvimento deve ser gradual e successivo em harmonia com a frequencia e procura do ensino que se manifeste. Para o estabelecimento, porém, do ensino manual educativo, esse, pelo contrario, sempre indispensavel onde haja escola, creio serem sufficientes as verbas para tal fim inscriptas no orçamento do corrente anno, alem de que são

importantes as reduções de despeza que do projecto de decreto resultarão, quando logre merecer a approvação de Vossa Magestade.

Essas reduções, pela suppressão das escolas proposta, ou pela eliminação de disciplinas leccionadas por professores provisorios, produzem a economia immediata e annual de 23:000\$000 réis, que, no periodo definitivo, ainda será maior.

Pelos motivos expostos pensa o governo que merece ser approvado o projecto de decreto, que tenho a honra de submeter á assignatura de Vossa Magestade.

Secretaria d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, em 8 de outubro de 1891.—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco.*

DECRETO

Attendendo ao que me representou o ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria e interino da instrucção publica, e usando da faculdade que ao governo confere o n.º 9.º do § 36.º do artigo 1.º da carta de lei de 30 de junho de 1891: hei por bem decretar a seguinte

Organisação do ensino industrial e commercial

TITULO I

Institutos industriaes e commerciaes

CAPITULO I

Do ensino

Artigo 1.º Os Institutos industriaes e commerciaes são estabelecimentos de ensino medio, cuja secção industrial se destina a formar mestres ou conductores de industria, bem como desenhadores e technicos industriaes; e cuja secção commercial tem por fim formar negociantes de pequeno ou de grosso trato, bem como guarda-livros e empregados superiores de contabilidade.

Art. 2.º O ensino industrial divide-se em dois ramos, de sciencia industrial e de arte industrial, e abrange cursos industriaes geraes e cursos industriaes especiaes.

§ unico. É supprimido o actual curso preparatorio dos Institutos.

Art. 3.º Os cursos industriaes geraes são: no ramo de sciencia industrial — o de technologia geral, isto é, de scien-

cia nas suas applicações geraes á industria; no ramo de arte industrial — o de desenho industrial.

Art. 4.º Os cursos industriaes especiaes dos Institutos são:

Ramo de sciencia industrial

Tres de mecanica industrial: o de metallurgia e arte de minas, o de construcções civis e obras publicas, e o de construcção e conducção de machinas;

Um de physica industrial e construcção de instrumentos de physica;

Um de chimica industrial e construcção deapparelhos de chimica.

Ramo de arte industrial

Um curso de pintura decorativa;

Um curso de esculptura decorativa.

E, alem d'estes cursos, tres, que estão incluídos nos de mecanica industrial: o de metallurgia, que de per si é um desdobramento da chimica industrial, o de construcções civis e o de construcção de machinas.

§ unico. São supprimidos os cursos industriaes elementares e o curso especial de correios e telegraphos.

Art. 5.º Haverá no Instituto de Lisboa todos os cursos de sciencia industrial, e no Instituto do Porto o de technologia geral, o de construcção e conducção de machinas e o de chimica industrial.

Os cursos de arte industrial serão professados sómente no Instituto do Porto.

Art. 6.º Os cursos industriaes constituem-se com as disciplinas:

- 1.^a Arithmetica e geometria plana (revisão)—, algebra, geometria no espaço e trigonometria plana,
- 2.^a a) Elementos de calculo infinitesimal e geometria analytica,
b) — Principios de geometria descriptiva e suas applicações,
- 3.^a a) Mecanica experimental,
b) — Mecanica industrial geral (estudo dos materiaes de construcção, resistencias dos materiaes, processos geraes de construcção, e grapho-estatica geral),
- 4.^a a) Physica experimental,
b) — Physica industrial geral (estudo dos instrumentos de physica mais usuaes nas industrias),

- 5.^a a) Chimica experimental, mineral e organica,
b) — Chimica industrial geral (estudo das principaes substancias chimicas empregadas nas industrias),
- 6.^a a) Technologia industrial geral,
b) — Historia, especialmente portugueza, do progresso das industrias,
c) — Hygiene geral e colonial,
- 7.^a a) Mineralogia e petrographia geral e industrial,
b) — Geologia geral e industrial,
- 8.^a a) Desenho rigoroso e de ornato e modelação,
b) — Desenho applicado ás industrias,
- 9.^a a) Desenho e modelação com applicação á arte industrial (1.^a parte),
b) — Idem (2.^a parte),
- 10.^a a) Desenho architectonico, topographico e de minas,
- 11.^a Desenho de machinas,
- 12.^a a) Metallurgia e arte de minas (1.^a parte),
b) — Arte de minas (2.^a parte) e legislação mineira,
- 13.^a a) Construcções civis, e obras publicas (1.^a parte),
b) — Obras publicas (2.^a parte) e sua legislação,
- 14.^a a) Construcção de machinas, especialmente de vapor,
b) — Conducção de machinas, idem,
- 15.^a a) Industrias physicas e construcção de instrumentos de physica (1.^a parte),
b) — Idem (2.^a parte),
- 16.^a a) Industrias chimicas derivadas do reino mineral, e construcção de appparelhos de ensaios e demonstração de chimica (1.^a parte),
b) — Industrias chimicas derivadas dos reinos organicos, e construcção de appparelhos de ensaios e demonstração de chimica (2.^a parte),
- 17.^a a) Pintura decorativa (1.^a parte),
b) — Idem (2.^a parte),
- 18.^a a) Esculptura decorativa (1.^a parte),
b) — Idem (2.^a parte),
- 19.^a a) Lingua ingleza (1.^a parte),
b) — Idem (2.^a parte),
- 20.^a a) Lingua allemã (1.^a parte),
b) — Idem (2.^a parte),
- 21.^a Economia politica, legislação industrial portugueza, — noções geraes de commercio,
- 22.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (1.^a parte).

§ unico. As ultimas quatro disciplinas pertencem ao quadro da secção commercial.

Art. 7.^o O ensino commercial é de dois graus, e abrange dois cursos completos de commercio — o do primeiro grau para negociantes de pequeno trato, e o do segundo grau ou superior para negociantes de grosso trato —, e dois cursos parciaes — o de escripturação e contabilidade para guarda-livros, e o de contabilidade financeira para empregados superiores de contabilidade —.

Art. 8.^o Haverá todos os cursos commerciaes tanto em Lisboa como no Porto.

Art. 9.^o Os cursos commerciaes constituem-se com as disciplinas seguintes:

1.^a Economia politica, e legislação industrial portugueza —, noções geraes de commercio,

2.^a a) Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (1.^a parte),

b) — Idem (2.^a parte),

3.^a a) Escripturação e contabilidade commercial geral, lei do sello,

b) — Contabilidade financeira,

4.^a a) — Organização e instituições commerciaes —, commercio interior,

b) — Commercio exterior,

— 5.^a a) Direito commercial portuguez, —

— b) Direito commercial maritimo e internacional, legislação consular,

6.^a Geographia e historia economica e commercial geral, — emigração e colonisação,

7.^a a) Merceologia (estudo e verificação das mercadorias) —, legislação fiscal e aduaneira,

8.^a a) Lingua ingleza (1.^a parte),

b) — Idem (2.^a parte),

9.^a a) Lingua allemã (1.^a parte),

b) — Idem (2.^a parte),

1 — 10.^a Arithmetica e geometria plana (revisão) — algebra,

29 — 11.^a Elementos de calculo infinitesimal,

5 — 21 — 12.^a Physica experimental,

13.^a Chimica experimental,

14.^a a) Technologia industrial geral,

— b) Hygiene geral e colonial.

§ unico. As ultimas cinco disciplinas pertencem ao quadro da secção industrial.

Art. 10.^o Tanto a instrucção industrial como a commercial comprehendem exercicios praticos, dirigidos pelos pro-

fessores, em salas de estudo, laboratorios e officinas de trabalho manual adequadas. Os exercicios profissionaes, porém, executar-se-hão, sob a vigilancia dos respectivos professores, em obras e estabelecimentos publicos ou particulares, mediante acôrdo entre as administrações dos mesmos estabelecimentos e obras e as direcções dos Institutos; salvo, em Lisboa, os trabalhos de construcção de instrumentos de precisão, e, no Porto, os trabalhos de reproduções em gesso, para os quaes haverá officina annexa em cada Instituto ou Museu.

Para auxiliar a educação dos alumnos, organisar-se-hão tambem visitas e excursões de estudo.

CAPITULO II

Organisação dos cursos

Art. 11.º São communs a todos os cursos industriaes as disciplinas:

- 1.ª Arithmetica e geometria plana —, algebra, geometria no espaço e trigonometria plana,
- 2.ª Elementos de calculo infinitesimal e geometria analytica,
Principios de geometria descriptiva e suas applicações,
- 3.ª Mecanica experimental,
- 4.ª Physica experimental,
- 5.ª Chimica experimental, mineral e organica,
- 6.ª Technologia industrial geral,
— Hygiene geral e colonial,
- 8.ª Desenho rigoroso e de ornato e modelação,
— Desenho applicado ás industrias,
- 19.ª Lingua ingleza (1.ª parte),
— Idem (2.ª parte),
- 20.ª Lingua allemã (1.ª parte),
— Idem (2.ª parte),
- 21.ª Economia politica e legislação industrial portugueza, — noções geraes de commercio,
- 22.ª Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (1.ª parte).

Art. 12.º O curso de technologia, ou sciencia industrial geral, compõe-se das disciplinas communs enumeradas e das seguintes:

- 3.ª Mecanica industrial geral,
- 4.ª Physica industrial geral,

- 5.^a Chimica industrial geral,
- 7.^a Mineralogia e petrographia geral e industrial,
— Geologia geral e industrial,
- 6.^a Historia, especialmente portugueza, do progresso das industrias.

Art. 13.^o O curso de desenho industrial compõe-se das disciplinas communs enumeradas, sendo facultativas a 2.^a a), a 4.^a e a 5.^a, e das seguintes:

- 3.^a Mecanica industrial geral,
- 9.^a Desenho de ornato e modelação com applicação á arte industrial (1.^a parte),
— Idem (2.^a parte),

- 10.^a Desenho architectonico, topographico e de minas,
- 11.^a Desenho de machinas, etc.,

Art. 14.^o As disciplinas do curso de technologia geral, mais

- 11.^a Desenho de machinas,
- 12.^a Metallurgia,

formam o curso de metallurgia; mais

- 10.^a Desenho architectonico, topographico e de minas,
- 12.^a Metallurgia e arte de minas (1.^a parte),
— Arte de minas (2.^a parte), e legislação mineira,

formam o curso de metallurgia e arte de minas; mais

- 10.^a Desenho architectonico, topographico e de minas,
- 13.^a Construcções civis (1.^a parte),

formam o curso de construcções civis; mais

- 10.^a Desenho architectonico, topographico e de minas,
- 13.^a Construcções civis, e obras publicas (1.^a parte),
— Obras publicas (2.^a parte) e sua legislação,

formam o curso de construcções civis e obras publicas; mais

- 11.^a Desenho de machinas,
- 14.^a Construcção de machinas, etc.,

formam o curso de construcção de machinas; mais

- 11.^a Desenho de machinas,
- 14.^a Construcção de machinas, etc.,
— Conducção de machinas, etc.,

formam o curso de construcção e conducção de machinas; mais

- 11.^a Desenho de machinas,
- 15.^a Industrias physicas e construcção de instrumentos de physica (1.^a parte),
— Idem (2.^a parte),

formam o curso de physica industrial; mais

- 11.^a Desenho de machinas,

16.^a Industrias chimicas derivadas do reino mineral, e construcção deapparelhos de ensaios e demonstração de chimica (1.^a parte),

— Industrias chimicas derivadas dos reinos organicos, e construcção de apparelhos de ensaios e demonstração de chimica (2.^a parte),

formam o curso de chimica industrial.

Art. 15.^o As disciplinas do curso de desenho industrial, inclusive as 4.^a e 5.^a, e

7.^a Mineralogia, etc.,

Geologia, etc.,

mais

17.^a Pintura decorativa (1.^a parte),

— Idem (2.^a parte),

formam o curso de pintura decorativa; ou mais

18.^a Esculptura decorativa (1.^a parte),

— Idem (2.^a parte),

formam o curso de esculptura decorativa.

Art. 16.^o As disciplinas da secção industrial são distribuidas assim :

**Primeiro anno (experimental), commum aos dois ramos
de sciencia industrial e de arte industrial**

1.^a Arithmetica e geometria plana—, algebra, geometria no espaço e trigonometria plana,

3.^a Mecanica experimental,

4.^a Physica experimental,

5.^a Chimica experimental, mineral e organica,

6.^a Technologia industrial geral,

8.^a Desenho rigoroso e de ornato e modelação,

19.^a Lingua ingleza (1.^a parte),

**Segundo anno (industrial geral), commum a todos os cursos
do ramo de sciencia industrial**

2.^a Elementos de calculo infinitesimal, geometria analytica,

2.^a Principios de geometria descriptiva e suas applicações,

3.^a Mecanica industrial geral,

4.^a Physica industrial geral,

5.^a Chimica industrial geral,

7.^a Mineralogia e petrographia geral e industrial,

8.^a Desenho applicado ás industrias,

19.^a Lingua ingleza (2.^a parte).

Terceiro anno (industrial, geral e especial)
ramo de sciencia industrial

- 2.^a Trabalhos praticos de geometria descriptiva e de topographia,
- 6.^a Hygiene geral e colonial,
- 7.^a Geologia geral e industrial;

e mais

- 6.^a Historia, especialmente portugueza, do progresso das industrias,
- 21.^a Economia politica, etc.,
- 22.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (1.^a parte),
 para o curso de tecnologia ou sciencia industrial geral; —
 ou mais

- 6.^a Historia, especialmente portugueza, do progresso das industrias,
- 11.^a Desenho de machinas,
- 12.^a Metallurgia,
- 21.^a Economia politica, etc.,
- 22.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias,
 para o curso de metallurgia; — ou mais

- 10.^a Desenho architectonico, topographico e de minas,
- 12.^a Metallurgia e arte de minas (1.^a parte),
- 20.^a Lingua allemã (1.^a parte),
 para o curso de metallurgia e arte de minas; — ou mais
- 10.^a Desenho architectonico, topographico e de minas,
- 6.^a Historia, especialmente portugueza, do progresso das industrias,

- 13.^a Construcções civis,
- 21.^a Economia politica, etc.,
- 22.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (1.^a parte),
 para o curso de construcções civis; — ou mais

- 10.^a Desenho architectonico, topographico e de minas,
- 13.^a Construcções civis, e obras publicas, (1.^a parte),
- 20.^a Lingua allemã (1.^a parte),
 para o curso de construcções civis e obras publicas; —
 ou mais

- 11.^a Desenho de machinas,
- 6.^a Historia, especialmente portugueza, do progresso das industrias,
- 14.^a Construcção de machinas, etc.,
- 21.^a Economia politica, etc.,

22.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (1.^a parte),
para o curso de construcção de machinas; — ou mais

11.^a Desenho de machinas,

14.^a Construcção de machinas, etc.,

20.^a Lingua allemã (1.^a parte),

para o curso de construcção e conducção de machinas; —
ou mais

11.^a Desenho de machinas,

15.^a Industrias physicas e construcção de instrumentos
de physica (1.^a parte),

20.^a Lingua allemã (1.^a parte),

para o curso de physica industrial — ou mais

11.^a Desenho de machinas,

16.^a Industrias chimicas derivadas do reino mineral, e
construcção deapparelhos de ensaios e demons-
tração de chimica (1.^a parte),

20.^a Lingua allemã (1.^a parte),

para o curso de chimica industrial.

Quarto anno (industrial especial), ramo de sciencia industrial

6.^a Historia, especialmente portugueza, do progresso
das industrias,

20.^a Lingua allemã (2.^a parte),

21.^a Economia politica, etc.

22.^a Geographia e historia economica e commercial de
Portugal e suas colonias (1.^a parte),
e mais

12.^a Arte de minas (2.^a parte), e legislação mineira,
para o curso de metallurgia e arte de minas; — ou mais,

13.^a Obras publicas (2.^a parte) e sua legislação,
para o curso de construcções civis e obras publicas; — ou
mais

14.^a Conducção de machinas, etc.

para o curso de construcção e conducção de machinas; —
ou mais

15.^a Industrias physicas e construcção de instrumentos
de physica (2.^a parte),
para o curso de physica industrial; ou mais

16.^a Industrias chimicas derivadas dos reinos organicos,
e construcção de apparelhos de ensaios e demons-
tração de chimica (2.^a parte),
para o curso de chimica industrial.

Segundo anno (industrial geral), ramo de arte industrial

- 2.^a Elementos de calculo infinitesimal e geometria analytica,
- 2.^a Principios de geometria descriptiva e suas applicações,
- 3.^a Mecanica industrial geral,
- 8.^a Desenho applicado ás industrias,
- 9.^a Desenho e modelação com applicação á arte industrial (1.^a parte),
- 19.^a Lingua ingleza (2.^a parte),
para o curso de desenho industrial; e mais
- 7.^a Mineralogia, etc.
para os cursos de pintura decorativa e de esculptura decorativa.

**Terceiro anno (industrial geral e especial),
ramo de arte industrial**

- 2.^a Trabalhos praticos de geometria descriptiva e de topographia,
- 6.^a Hygiene geral e colonial,
- 9.^a Desenho e modelação com applicação á arte industrial (2.^a parte),
- 10.^a Desenho architectonico, topographico e de minas,
- 11.^a Desenho de machinas;
e mais
- 21.^a Economia politica, etc.
- 22.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (1.^a parte),
para o curso de desenho industrial; — ou mais
- 7.^a Geologia, etc.
- 17.^a Pintura decorativa (1.^a parte),
- 20.^a Lingua allemã (1.^a parte),
para o curso de pintura decorativa; — ou mais
- 7.^a Geologia, etc.
- 18.^a Esculptura decorativa (1.^a parte),
- 20.^a Lingua allemã (1.^a parte);
para o curso de esculptura decorativa.

Quarto anno (industrial especial), ramo de arte industrial

- 20.^a Lingua allemã (2.^a parte),
- 21.^a Economia politica, etc.,
- 22.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (1.^a parte),
e mais

17.^a Pintura decorativa (2.^a parte),
para o curso de pintura decorativa; ou mais

18.^a Esculptura decorativa (2.^a parte),
para o curso de esculptura decorativa.

§ 1.^o Sem embargo d'esta distribuição, as disciplinas 19.^a, 20.^a, 21.^a e 22.^a, que pertencem ao quadro da secção commercial, aprender-se-hão indifferentemente n'um ou n'outro anno; e, dentro de cada um dos cursos industriaes geraes—technologia industrial ou desenho industrial—poderá não se seguir rigorosamente a ordem prescripta, contanto que se respeitem, alem das precedencias devidas entre as partes da mesma disciplina, as seguintes:

a 1.^a antes da 2.^a e da 3.^a b);

a 1.^a, a 4.^a e a 5.^a antes da 7.^a;

a 8.^a antes da 9.^a, 10.^a ou 11.^a

§ 2.^o A segunda parte da 6.^a disciplina não exige a precedencia da primeira, nem a terceira parte a da segunda ou da primeira; tão pouco a segunda parte da 14.^a ou da 16.^a exige a precedencia da primeira.

§ 3.^o No proximo anno lectivo as disciplinas 12.^a e 13.^a poderão distribuir-se desta fórma:

12.^a Metallurgia e arte de minas (1.^a parte), — um anno,
— Arte de minas (1.^a e 2.^a parte) e legislação mineira, — outro anno,

13.^a Construcções civis, e obras publicas (1.^a parte),
— um anno,
— Obras publicas (1.^a e 2.^a parte) e sua legislação, — outro anno.

§ 4.^o Só é obrigatoria uma das linguas estrangeiras.

Art. 17.^o Formam o curso de commercio do primeiro grau as disciplinas:

1.^a Economia politica, etc.,

2.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias,
— Idem (2.^a parte),

3.^a Escripuração e contabilidade commercial geral, lei do sêllo.

4.^a Organização e instituições commerciaes,

5.^a Direito commercial portuguez,

8.^a Lingua ingleza (1.^a parte),

— Idem (2.^a parte),

10.^a Arithmetica e geometria plana, etc.,

14.^a Technologia industrial geral,

— Hygiene geral e colonial.

Art. 18.^o Com estas mesmas disciplinas, menos a 4.^a,

5.^a e 14.^a forma-se o curso de escripturação e contabilidade.

Art. 19.^o Com as disciplinas do curso de commercio do primeiro grau, e com

- 3.^a Contabilidade financeira,
- 4.^a Commercio exterior,
- 5.^a Direito commercial maritimo, etc.,
- 6.^a Geographia e historia económica e commercial geral, etc.,
- 7.^a Mercéologia etc.,
- 9.^a Lingua allemã (1.^a parte),
Idem (2.^a parte),
- 11.^a Elementos de calculo infinitesimal,
- 12.^a Physica experimental,
- 13.^a Chimica experimental,

fôrma-se o curso de commercio do segundo grau ou superior.

Art. 20.^o Com as disciplinas incluídas no curso de commercio do segundo grau menos a 4.^a b), 5.^a b), 7.^a, 12.^a e 13.^a, fôrma-se o curso de contabilidade financeira.

Art. 21.^o As disciplinas da secção commercial são distribuídas assim:

Primeiro anno

- 1.^a Economia politica, etc.,
 - 2.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (1.^a parte),
 - 8.^a Lingua ingleza (1.^a parte),
 - 10.^a Arithmetica e geometria plana, etc.,
- para o curso de escripturação e contabilidade; mais
- 14.^a Technologia industrial geral,
- para o curso de commercio do primeiro grau, bem como para o curso de contabilidade financeira; e mais
- 12.^a Physica experimental,
- para o curso de commercio do segundo grau.

Segundo anno

- 2.^a Geographia e historia economica e commercial de Portugal e suas colonias (2.^a parte),
 - 3.^a Escripturação e contabilidade commercial geral, lei do sêllo,
 - 8.^a Lingua ingleza (2.^a parte),
 - 14.^a Hygiene geral e colonial,
- para o curso de escripturação e contabilidade; mais

4.^a Organização e instituições commerciaes —, commercio interior,

5.^a Direito commercial portuguez,
para o curso de commercio do primeiro grau; e mais

9.^a Lingua allemã (1.^a parte),

11.^a Elementos de calculo infinitesimal,
para o curso de contabilidade financeira; e mais

15.^a Chimica experimental,
para o curso de commercio do segundo grau.

Terceiro anno

3.^a Contabilidade financeira,

6.^a Geographia e historia economica e commercial geral,
— emigração e colonisação,

9.^a Lingua allemã (2.^a parte),
para o curso de contabilidade financeira; e mais

4.^a Commercio exterior,

5.^a Direito commercial maritimo, etc.,

7.^a Merceologia, etc.,
para o curso de commercio do segundo grau.

§ 1.^o Não obstante esta distribuição, as disciplinas poder-se-hão aprender indifferentemente n'um ou n'outro anno, guardada a precedencia da 2.^a para a 1.^a parte de cada uma (não contando a 14.^a disciplina), contanto que se respeite a ordem infra:

A 3.^a, 4.^a e 5.^a disciplina depois da 1.^a,

A 6.^a disciplina depois da 2.^a,

A 3.^a e 11.^a disciplina depois da 10.^a,

A 7.^a disciplina depois da 12.^a, 13.^a, e 14.^a a).

§ 2.^o No proximo anno lectivo a 5.^a, 8.^a, e 9.^a disciplina poderão distribuir-se do seguinte modo:

5.^a a) Direito commercial portuguez — um anno,
— b) Idem e direito commercial maritimo, etc., —
outro anno,

8.^a a) Lingua ingleza, (1.^a parte) — um anno,
— b) Lingua ingleza, (1.^a e 2.^a parte) — outro anno,

9.^a a) Lingua allemã, (1.^a parte) — um anno,
— b) Lingua allemã, (1.^a e 2.^a parte) — outro anno.

§ 3.^a Para os cursos de commercio do primeiro grau e d'escripturação e contabilidade a lingua ingleza póde ser substituida pela allemã.

Art. 22.^o O tempo de aula será de seis horas semanaes por disciplina completa em todos os cursos. Nas disciplinas que se acham distribuidas por varios annos, o tempo repar-

tir-se-ha igualmente entre elles. Os trabalhos praticos acompanharão anno por anno as disciplinas a que dizem respeito. A sua duração annual, dentro ou fóra dos Institutos, será sempre opportunamente determinada pelo governo, ouvidos os conselhos escolares, tendo em attenção as conveniencias dos alumnos.

§ 1.º Na 6.ª disciplina da secção industrial a divisão de tempo far-se-ha do seguinte modo:

6.ª Tecnologia industrial geral, — tres horas,

Historia especialmente portugueza, do progresso das industrias, — duas horas,

Hygiene geral e colonial, — uma hora.

§ 2.º Nas disciplinas distribuidas para o proximo anno lectivo, como consta do § 2.º do artigo 21.º, a parte sobre-carregada durará o dobro do tempo da outra.

§ 3.º Todos os annos, antes da abertura das aulas, os conselhos escolares dos Institutos regularão, pelo modo mais vantajoso para os alumnos, o horario das aulas, que podem ser nocturnas ou diurnas, e bem assim a distribuição dos trabalhos praticos pelo anno lectivo, tudo dependente da resolução do governo.

§ 4.º Os horarios para o anno lectivo de 1891 a 1892 serão remettidos á direcção geral do commercio e industria, pelos directores dos Institutos, até ao dia 20 de outubro de 1891.

Art. 23.º A distribuição das disciplinas nos diversos annos de cada curso, a precedencia que devem guardar, podem ser alteradas por decreto nos tres primeiros annos lectivos a contar de 1891 a 1892, se a pratica do ensino assim o aconselhar, e sob consulta dos conselhos escolares.

CAPITULO III

Alumnos

Art. 24.º Para a matricula nos cursos industriaes e commerciaes professados nos Institutos é exigida a approvação em exame de instrucção primaria elementar, devendo alem d'isso o requerente satisfazer nos proprios Institutos a um exame de admissão, cujo programma será opportunamente publicado.

§ 1.º São dispensados d'este exame de admissão os individuos que já tenham approvação: no curso complementar das escolas industriaes; ou no curso complementar das escolas primarias complementares, e em lingua

franceza; ou no curso do 1.^o grau das Escolas normaes; ou em lingua portugueza, geographia, historia, mathematica elemental (1.^a parte) e physica, chimica e historia natural (1.^a parte), dos cursos dos lyceus, e em lingua franceza; ou no curso preparatorio, agora supprimido, dos Institutos.

§ 2.^o É valida a certidão de approvação no exame de instrucção primaria elemental feito no ultramar.

§ 3.^o Serão admittidos á matricula nos cursos industriaes e commerciaes, no proximo anno lectivo, independentemente das condições que ficam estabelecidas, os antigos alumnos dos Institutos.

Art. 25.^o Para ser admittido á frequencia de uma disciplina que respectivamente exija a precedencia de outras é mister haver obtido approvação nas precedentes.

§ 1.^o Os alumnos dos Institutos que nos seus exercicios escolares, incluindo os trabalhos praticos, satisfizerem ao seu professor, não serão obrigados a outra prova de passagem dentro da mesma disciplina.

§ 2.^o Os alumnos da secção industrial a quem só faltar um anno para concluirem o seu curso, poderão frequentar cumulativamente a primeira e a segunda parte da 12.^a disciplina, ou directamente a 2.^a parte da 13.^a, distribuidas como fica dito no § 3.^o do artigo 16.^o, cessando para os alumnos da 12.^a a necessidade de proseguir na primeira parte, logo que cheguem ás materias já aprendidas na segunda; e outrosim poderão estudar por completo no proximo anno lectivo a 19.^a ou a 20.^a

§ 3.^o Aos actuaes alumnos da secção commercial não será exigida nenhuma nova precedencia; e os que no proximo anno lectivo precisem para concluir os seus cursos da 5.^a, 8.^a ou 9.^a disciplina, poderão aprendel-a por completo n'um só anno.

Art. 26.^o Haverá exames finaes de disciplina completa e de cada uma das partes independentes da 6.^a, 14.^a e 16.^a da secção industrial, bem como de metallurgia e de construcções civis; e bem assim de cada uma das partes da 3.^a, 4.^a e 5.^a da secção commercial. Igualmente haverá exames finaes da parte de qualquer das disciplinas da secção industrial que pertence aos cursos commerciaes, e reciprocamente, para os alumnos dos ditos cursos. A estes exames poderão apresentar-se não só os alumnos dos Institutos que para isso se tenham habilitado nos competentes exercicios escolares theoricos e praticos, mas ainda os alumnos estranhos que apresentem as habilitações estabelecidas para a matricula nos mesmos exercicios.

Art. 27.^o Todos os exames se realizarão no fim dos trabalhos lectivos, salvo os exames de admissão para o anno lectivo de 1891-1892, que se effectuarão no decurso do praso das proximas matriculas.

§ unico. Só os examinandos que por motivo de molestia demorada ou por ausencia motivada por força maior não poderem dar na época normal as suas provas, serão admittidos a dal-as em outubro, prorogando-se para elles, se tanto for preciso, o praso das matriculas.

Art. 28.^o Entre approvação nas antigas disciplinas dos Institutos e a approvação nas novas ha as seguintes relações de equivalencia:

Secção industrial

Antigas		Novas
4. ^a (1. ^a e 2. ^a parte)	=	1. ^a
5. ^a e 6. ^a	=	2. ^a
7. ^a	=	4. ^a
8. ^a	=	15. ^a
9. ^a	=	5. ^a
10. ^a	=	16. ^a
11. ^a	=	6. ^a
12. ^a	=	3. ^a (1. ^a parte)
13. ^a	=	3. ^a (2. ^a parte)
14. ^a	=	13. ^a
15. ^a	=	7. ^a
16. ^a	=	12. ^a
17. ^a	=	8. ^a
18. ^a	=	11. ^a
19. ^a	=	10. ^a

Secção commercial

20. ^a (1. ^a parte)	=	2. ^a
20. ^a (2. ^a parte)	=	6. ^a
21. ^a	=	1. ^a
22. ^a	=	3. ^a (1. ^a parte)
24. ^a	=	8. ^a
25. ^a	=	9. ^a
26. ^a	=	7. ^a
27. ^a	=	5. ^a
28. ^a	=	3. ^a (2. ^a parte)

Art. 29.^o A approvação em linguas vivas e na 2.^a parte na mathematica elemental dos lyceus, é equiparada á ap-

provação na 8.^a e 9.^a disciplinas da secção commercial e da 1.^a da secção industrial dos Institutos.

Art. 30.^o Os Institutos passarão aos seus novos alumnos cartas de capacidade para as seguintes profissões:

Secção industrial

Ramo de sciencia industrial:

Technico industrial;
Mestre metallurgista;
Mestre de obras;
Mestre constructor de machinas;
Mestre metallurgista e conductor de minas;
Mestre de obras e conductor de obras publicas;
Mestre constructor e conductor de machinas;
Mestre de artes physicas;
Mestre de artes chimicas.

Ramo de arte industrial:

Desenhador industrial;
Pintor decorador;
Esculptor decorador.

Secção commercial

Primeiro grau:

Guarda-livros;
Negociante de pequeno trato;

Segundo grau:

Empregado de contabilidade financeira;
Negociante de grosso trato.

Art. 31.^o Os alumnos habilitados com qualquer dos cursos professados nos Institutos serão preferidos pelo governo para os empregar, em harmonia com o seu titulo de capacidade, nos serviços especiaes dependentes de qualquer ministerio.

O curso de commercio do segundo grau ou superior habilita para o logar de verificador da alfandega e para o de consul.

Art. 32.^o Serão expostos annualmente no Museu industrial e commercial de Lisboa ou do Porto os objectos executados no Instituto da sua séde que forem considerados mais proprios para attestar o nivel do ensino.

Art. 33.^o Poderão ser admittidos alumnos livres nos Institutos, quer ás aulas, quer aos trabalhos praticos, comtando que a sua presença não prejudique o andamento do ensino.

CAPITULO IV

Pessoal docente

Art. 34.^o Cada disciplina completa terá o seu professor. O ensino porém da pintura decorativa e da escultura decorativa será confiado a um só.

Art. 35.^o Os actuaes lentes e professores effectivos de cada Instituto passam a ensinar:

Os dois mais antigos da 4.^a (1.^a parte), 4.^a (2.^a parte), 5.^a e 6.^a do antigo quadro de ensino, a 1.^a ou 2.^a do novo quadro da secção industrial; os da 7.^a e 8.^a a 4.^a ou 15.^a; os da 9.^a e 10.^a a 5.^a ou 16.^a; o da 11.^a a 6.^a; os da 12.^a e 13.^a a 3.^a ou 14.^a; o da 14.^a a 13.^a; o da 15.^a a 7.^a; o da 16.^a a 12.^a; o da 17.^a a 8.^a; o da 18.^a a 11.^a; o da 19.^a a 10.^a.

O da 20.^a (1.^a parte) a 2.^a do novo quadro da secção commercial; o da 20.^a (2.^a parte) a 6.^a; o da 21.^a a 1.^a; os da 22.^a e 28.^a a 3.^a ou 4.^a; o da 24.^a a 8.^a; o da 25.^a a 9.^a; o da 26.^a a 7.^a; o da 27.^a a 5.^a.

§ unico. A regencia da 9.^a disciplina e da 17.^a e 18.^a reunidas será dada a dois dos mais habéis professores estrangeiros que se acham contratados para o ensino das escolas industriaes.

Art. 36.^o São supprimidos os logares de lentes e professores auxiliares.

Art. 37.^o Ficam addidos aos Institutos, quer em Lisboa quer no Porto, os dois lentes mais modernos das antigas cadeiras 4.^a (1.^a e 2.^a parte), 5.^a e 6.^a que hajam sido nomeados definitivamente ou por concurso; no Porto, os lentes da 12.^a, 14.^a e 16.^a antigas cadeiras, e, em Lisboa e no Porto, os lentes e professores auxiliares que hajam sido tambem nomeados definitivamente ou por concurso. Uns e outros continuarão percebendo os seus actuaes vencimentos de categoria, e serão por ordem de categoria e antiguidade opportunamente collocados em exercício em qualquer dos Institutos, logo que vague:

Para os lentes de mathematica, em Lisboa e no Porto, algum logar de professor da 1.^a e 2.^a disciplina da secção industrial e da 1.^a e 3.^a da secção commercial.

No Porto, para o lente da 12.^a antiga cadeira e para o auxiliar do ensino da 12.^a, 13.^a, 14.^a e 18.^a disciplinas algum logar do professor da 3.^a, 4.^a, 11.^a e 14.^a; para os lentes de estradas, caminhos de ferro, etc., e de arte de minas e para o auxiliar do ensino da 7.^a, 8.^a, 9.^a, 10.^a e 11.^a disciplinas

algum lugar de professor da 5.^a, 6.^a, 7.^a e 16.^a da secção industrial e da 7.^a da secção commercial.

Em Lisboa, para o auxiliar do ensino da 7.^a, 8.^a, 9.^a, 10.^a e 11.^a disciplinas algum lugar de professor da 5.^a, 6.^a, 7.^a, 15.^a e 16.^a da secção industrial, e da 7.^a da secção commercial; e para o auxiliar do ensino da 12.^a, 13.^a, 14.^a e 18.^a algum de professor da 3.^a, 4.^a, 11.^a, 12.^a, 13.^a e 14.^a da secção industrial.

Para o auxiliar do ensino de desenho, em Lisboa, algum lugar de professor da 8.^a, 10.^a e 11.^a disciplinas da secção industrial e para o auxiliar do ensino das linguas, franceza e ingleza, no Porto, algum lugar de professor das mesmas linguas.

Art. 38.º Substituir-se-hão entre si obrigatoriamente os professores dos seguintes grupos, sem prejuizo dos addidos, emquanto os houver, os quaes farão as substituições nos mesmos termos prescriptos para a sua promoção no artigo anterior:

Secção industrial:

Em Lisboa: 3.^a, 13.^a e 14.^a disciplinas; 4.^a e 15.^a; 5.^a e 16.^a; 7.^a e 12.^a; 8.^a, 10.^a e 11.^a

No Porto: 3.^a, 4.^a e 14.^a disciplinas; 5.^a e 16.^a; 8.^a, 10.^a e 11.^a; 9.^a, 17.^a e 18.^a

Secção commercial:

Em Lisboa e no Porto: 1.^a, 4.^a e 5.^a disciplinas; 2.^a e 6.^a;

Em Lisboa a 6.^a disciplina e no Porto a 6.^a e a 7.^a disciplinas da secção industrial com a 7.^a da secção commercial.

E em Lisboa e no Porto a 1.^a e 2.^a disciplinas da secção industrial com a 3.^a da secção commercial.

Os professores que de futuro forem nomeados para a regencia da 8.^a ou da 9.^a disciplinas deverão achar-se habilitados a substituir-se mutuamente.

§ unico. Em caso de necessidade poderão ser auctorizadas outras substituições, attendendo sempre ao titulo de capacidade dos professores, ouvido o conselho escolar.

Art. 39.º Os professores dirigem os exercicios dos alumnos nos laboratorios, salas de estudo e officinas de trabalho manual dentro dos Institutos, bem como as visitas e excursões de estudo, e inspeccionam o trabalho profissional dos alumnos fóra dos Institutos sem augmento de retribuição. A direcção dos trabalhos manuaes compete ao professor da 3.^a disciplina da secção industrial, e a direcção ou inspecção dos trabalhos profissionais aos professores das 12.^a, 13.^a, 14.^a, 15.^a, 16.^a, 17.^a e 18.^a disciplinas da secção industrial, e 3.^a, 4.^a e 7.^a da secção commercial.

§ unico. Continuam em vigor as disposições consignadas no artigo 33.º do decreto de 30 de dezembro de 1886 na parte em que não são alteradas ou modificadas por este decreto.

Art. 40.º Os professores serão auxiliados pelo seguinte pessoal:

Em Lisboa:

1 preparador para a 2.^a e 13.^a disciplina da secção industrial,

1 dito para a 3.^a e 14.^a disciplina da secção industrial,

1 dito para a 4.^a e 15.^a disciplina da secção industrial,

1 dito para a 5.^a e 16.^a disciplina da secção industrial,

1 dito para a 6.^a, 7.^a e 12.^a disciplinas da secção industrial e 7.^a da secção commercial,

No Porto:

1 dito para a 3.^a, 4.^a e 14.^a disciplina da secção industrial.

1 dito para a 5.^a e 16.^a disciplina da secção industrial.

1 dito para a 6.^a e 7.^a disciplina da secção industrial e 7.^a da secção commercial.

§ 1.º São supprimidos os logares de guarda-livros e de assistentes de chimica pratica. O actual assistente de chimica ficará em logar do preparador da 5.^a e 16.^a disciplinas no Instituto do Porto, sem direito a maior vencimento de que actualmente percebe.

Art. 41.º O vencimento dos professores que de futuro forem nomeados, será o seguinte:

Professor da 8.^a disciplina da secção industrial, e da 8.^a e 9.^a disciplinas da secção commercial,—de categoria, 550\$000 réis e, de exercicio, 250\$000 réis por anno.

Os mesmos professores quando desempenhem outro cargo publico remunerado,—de exercicio, 400\$000 réis por anno.

Os professores das outras disciplinas,—de categoria 600\$000 réis por anno, de exercicio, 300\$000 réis por anno.

Os mesmos professores, desempenhando outro cargo publico remunerado,—de exercicio, 500\$000 réis por anno.

§ 1.º Os lentes e professores que não tiverem senão vencimento de exercicio, deixarão de o receber quando não exercerem as suas funcções docentes.

§ 2.º O vencimento de exercicio por substituição será a contar da data d'este decreto na proporção de 250\$000 e 300\$000 réis annuaes, segundo as disciplinas, nos termos d'este artigo.

§ 3.º Os actuaes lentes e professores conservarão os seus titulos e categorias, e continuarão percebendo os vencimentos fixados na lei do orçamento em vigor; mas os que, desempenhando outro cargo publico remunerado, deixem de exercer as suas funcções docentes no Instituto não poderão a titulo d'essas funcções receber retribuição alguma. Esta disposição na parte relativa a vencimentos não comprehende os lentes e professores addidos, para os quaes só vigora, enquanto o forem, o disposto no artigo 37.º

Art. 42.º As nomeações de novos professores terão sempre logar mediante concurso por provas publicas, e nos termos que em diploma especial se determinar.

§ 1.º O provimento definitivo dos lentes cathedraticos que ainda não tenham obtido confirmação, e cujas cadeiras são conservadas por este decreto, fica igualmente dependente de concurso por provas publicas, com preferencia em igualdade de circumstancias.

§ 2.º Ao governo será licito, sempre que o julgue conveniente, contratar o pessoal docente fóra do paiz.

Art. 43.º Ficam dispensados do serviço os lentes e professores auxiliares ou contratados não comprehendidos na disposição do artigo 37.º, os quaes terão preferencia, mediante concurso, nas futuras nomeações para os Institutos, Lyceus e Escolas industriaes, bem como para as regencias extraordinarias de que trata o artigo seguinte.

Art. 44.º Na falta de professor effectivo ou addido, o governo, ouvido o conselho escolar, nomeará pessoa habilitada para a regencia da respectiva disciplina.

§ 1.º Para esta regencia extraordinaria deverão ser escolhidos, sempre que seja possivel, lentes ou professores, em cadeiras iguaes ou analogas, de quaesquer escolas, de preferencia a individuos estranhos ao magisterio.

§ 2.º Estas nomeações são temporarias, e caducarão logo que cessarem as circumstancias que as houverem determinado.

CAPITULO V

Director e conselhos escolar e administrativo

Art. 45.º A nomeação e attribuições dos directores dos Institutos industriaes e commerciaes continuam a regular-se pelo disposto nos artigos 47.º e 48.º do decreto de 30 de dezembro de 1886.

Art. 46.º Em cada um dos Institutos industriaes e commerciaes haverá um conselho constituído pelos professores

em exercicio, tendo por presidente o director, e por secretario, sem voto, o do respectivo instituto.

Art. 47.º Compete ao conselho escolar, alem do que já se acha disposto no presente decreto:

1.º Formular e submeter á approvação do governo projectos para:

a) A organização dos programmas das disciplinas professadas no respectivo Instituto;

b) A regulamentação do serviço escolar, administrativo e economico;

2.º Organisar o serviço dos exames,

3.º Approvar os pontos para os exames finaes, e os compendios que devam ser adoptados nas aulas;

4.º Conhecer e decidir da justificação das faltas dos alumnos aos exercicios escolares e exames;

5.º Providenciar, na parte não prevista nos regulamentos, em tudo o que disser respeito ao regimen escolar, e á policia das aulas e estabelecimentos annexos, emquanto o governo não resolver definitivamente;

6.º Propor ao governo tudo o que julgar a bem do ensino;

7.º Dar parecer ácerca de quaesquer assumptos em que for consultado pelo governo, ou pelo director.

§ unico. Serão remettidos á direcção geral de commercio e industria copias das actas do conselho, sempre que o director do Instituto o julgar conveniente, ou a referida direcção geral os requisitar.

Art. 48.º O conselho só reúne por convocação do director, quando este o julgar conveniente, ou quando o governo o mande convocar.

§ unico. Para haver sessão do conselho é preciso que esteja presente a maioria dos professores em exercicio. Não estando presente esse numero far-se-ha nova convocação, deliberando o conselho com um terço dos seus membros.

Art. 49.º Em cada um dos Institutos industriaes e commerciaes haverá um conselho administrativo, cuja composição e attribuições continuarão a ser reguladas conforme o disposto nos artigos 52.º e 53.º do decreto de 30 de dezembro de 1886.

CAPITULO VI

Pessoal administrativo, subalterno e menor

Art. 50.º O pessoal administrativo, subalterno e menor do Instituto de Lisboa compor-se-ha de:

- 1 secretario ;
- 1 official ;
- 1 fiel ;
- 1 primeiro amanuense ;
- 1 segundo amanuense ;
- 5 preparadores ;
- 1 mestre de officina de instrumentos de precisão ;
- 1 porteiro ;
- 6 guardas ;
- 6 serventes ;
- 1 guarda-portão.

§ unico. Serão admittidos os operarios que forem necessarios para a officina de instrumentos de precisão.

Art. 51.º O pessoal administrativo, subalterno e menor do Instituto do Porto compor-se-ha de :

- 1 secretario ;
- 1 official ;
- 1 amanuense ;
- 3 preparadores ;
- 1 porteiro ;
- 4 guardas ;
- 4 serventes ;
- 1 guarda-portão.

Art. 52.º O governo ajustará contra-mestres para as pequenas officinas de trabalhos manuaes dos Institutos, segundo a verba para este fim fixada no orçamento do estado.

Art. 53.º Ao secretario compete :

1.º Dirigir e fiscalisar o serviço da secretaria e o expediente escolar e administrativo ;

2.º Assistir ás sessões dos conselhos escolar e administrativo ;

3.º Fazer escripturar todos os livros concernentes ao serviço escolar.

Art. 54.º Ao official compete :

1.º Auxiliar o secretario, e substituil-o nos seus impedimentos ;

2.º Desempenhar as funcções de bibliothecario.

§ unico. No Instituto do Porto ao official pertence o serviço da contabilidade.

Art. 55.º São supprimidos os logares de conservadores dos museus dos Institutos. Os exemplares de que se compõem os ditos museus distribuir-se-hão convenientemente entre as duas secções, industrial e commercial dos Institutos, removendo-se para os museus industriaes e commerciaes os que não sejam necessarios para o ensino.

Art. 56.º São supprimidos os logares de contador. O do Instituto de Lisboa é substituído pelo de fiel, a quem compete fazer a escripturação de contabilidade, as cobranças e os pagamentos da officina annexa ao Instituto.

Art. 57.º Aos preparadores compete:

1.º A conservação das diversas secções dos museus technologicos do Instituto nas cadeiras respectivas;

2.º Preparar os utensilios e mais materiaes para demonstração das aulas;

3.º Executar os trabalhos dos laboratorios e dos gabinetes nos termos das respectivas instrucções.

§ unico. Os logares de preparador serão providos, mediante concurso de provas praticas perante o respectivo Instituto, e nos termos que o regulamento determinar.

Art. 58.º Os logares de secretario, official, fiel e amanuense, serão providos em concurso documental, nos termos do regulamento.

§ unico. O restante pessoal será nomeado pelo governo.

CAPITULO VII

Disposições disciplinares

Art. 59.º As penas disciplinares applicaveis ao pessoal docente são:

1.º Advertencia verbal e particular;

2.º Reprehensão verbal ou registada;

3.º Suspensão do exercicio do magisterio e de todos os vencimentos até um anno;

4.º Demissão.

§ 1.º As penas de que tratam os n.ºs 1.º e 2.º serão applicadas pelo conselho escolar com recurso para o governo. As penas restantes serão applicadas pelo ministro, por iniciativa propria ou sobre proposta do director, ouvido o conselho escolar.

§ 2.º Nenhuma penalidade será applicada a qualquer lente sem primeiro ser ouvido.

§ 3.º A pena de que trata o n.º 3.º será applicada ouvida a procuradoria geral da corôa.

§ 4.º A pena de demissão depende de parecer favoravel da procuradoria geral da corôa, sendo permittido, tanto para este caso como para o de suspensão, recurso para o supremo tribunal administrativo da decisão ministerial.

§ 5.º A applicação de qualquer d'estas penas não subtrahê

o lente á applicação de outras que, em virtude do código penal, o poder judicial lhe possa impor.

Art. 60.º As penas disciplinares applicaveis ao pessoal, de que tratam os artigos 50.º e 51.º, são:

- 1.º Advertencia;
- 2.º Reprehensão verbal ou registada;
- 3.º Suspensão de exercicio e vencimento até um anno;
- 4.º Demissão.

§ 1.º As penas de que tratam os n.ºs 1.º e 2.º, e a pena de suspensão até cinco dias serão impostas pelo director. A pena de suspensão por mais de cinco dias até um anno e a pena de demissão serão applicadas pelo ministro, ouvido o interessado e o director.

§ 2.º A applicação de qualquer d'estas penas não subtrahе o empregado á applicação de outras, que em virtude do código penal o poder judicial lhe possa impor.

Art. 61.º Os lentes, que faltarem ás aulas, ou não as derem durante todo o tempo regulamentar, perderão o respectivo vencimento de exercicio,

§ unico. As faltas ás sessões do conselho escolar, ou de qualquer das secções do mesmo conselho, tambem serão levadas em conta para a deducção do respectivo vencimento de exercicio.

Art. 62.º Os empregados que faltarem sem motivo justificado perderão o vencimento durante os dias de ausencia, independentemente de qualquer outra penalidade que haja de lhes ser applicada.

CAPITULO VIII

Officinas

Art. 63.º A officina de instrumentos de precisão e a de reproducções em gesso destinam-se não só a dar ensino aos alumnos dos Institutos, mas ainda a fornecer ás aulas do Estado os utensilios das sciencias e os modelos artisticos.

§ 1.º A sua direcção compete ao director do Instituto ou do Museu industrial e commercial junto do qual a officina se ache estabelecida.

§ 2.º São extinctos os actuaes cargos de director e de sub-director da officina de instrumentos de precisão do Instituto de Lisboa.

Art. 64.º Em qualquer das duas officinas haverá um

mestre e o pessoal operario que for indispensavel, e dentro da verba annualmente votada para este fim.

§ unico. O actual sub-director da officina de instrumentos de precisão será collocado no logar de mestre, e o professor da 9.^a ou o da 17.^a e 18.^a disciplinas poderá accumular as funcções de mestre da officina de reproducções em gesso.

Art. 65.^o É repartida pelas duas officinas a dotação da officina de instrumentos de precisão do Instituto de Lisboa; e as receitas provenientes da laboração de cada uma serão applicadas ao seu proprio custeio, na conformidade do respectivo regulamento.

CAPITULO IX

Disposições geraes

Art. 66.^o São garantidos aos actuaes empregados administrativos, subalternos e menores, de nomeação definitiva, os seus respectivos logares nos quadros fixados por este decreto, e nos limites dos mesmos quadros, e com os vencimentos marcados na tabella que d'elle faz parte.

§ 1.^o O logar de fiel no Instituto de Lisboa será occupado pelo mais antigo dos dois actuaes funcçionarios, o conservador e o contador.

§ 2.^o O mais moderno d'esses funcçionarios, e os guardas e serventes actualmente existentes, que excederem o respectivo quadro poderão ser mandados prestar serviço, quando assim convier, no Museu industrial e commercial de Lisboa.

§ 3.^o O conservador do museu, contador, guardas e serventes, do Instituto do Porto, que excederem o respectivo quadro, poderão ser mandados prestar serviço, quando assim convier, no Museu industrial e commercial do Porto.

TITULO II

Dos Museus

CAPITULO I

Dos Museus e seus fins

Art. 67.^o Os Museus industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto têm caracter de exposições permanentes e são destinados a expor ao publico collecções de materias

primas, de productos ou de modelos, fornecidas pelos particulares ou organisadas pelo Estado, com o intuito de :

a) Mostrar aos fabricantes nacionaes onde e como podem obter vantajosamente as materias primas de que carecerem e dar-lhes a conhecer os productos da sua industria que podem ter mais facil venda nos mercados estrangeiros ;

b) Prestar aos fabricantes e negociantes nacionaes as informações necessarias sobre o andamento dos negocios nos paizes estrangeiros e proporcionar-lhes todos os esclarecimentos que possam facilitar as transacções commerciaes com os productores ou consumidores d'esses paizes ;

c) Mostrar aos fabricantes e negociantes estrangeiros e aos consumidores nacionaes onde e como podem obter vantajosamente os productos de que necessitarem ;

d) Mostrar ao publico os productos aperfeiçoados da industria portugueza moderna, que já concorrem vantajosamente com os productos similares estrangeiros, e que á falta de esclarecimentos são confundidos pelo comprador com os productos estrangeiros, e comprados muitas vezes como taes.

e) Documentar essa producção valiosa com dados estatisticos e economicos, e chamar a especial attenção do publico para os estabelecimentos fabris que mais se distinguem no empenho de nacionalisar o consumo, defendendo os interesses nacionaes.

f) Proporcionar instrucção pratica pela exposição permanente de bons padrões e modelos das artes industriaes de todos os paizes e de todos os estylos, educando o gosto do productor e do consumidor, e fazendo apreciar o que ha de valioso, de original e de caracteristico nas tradições artisticas da industria nacional ;

g) Patentear a historia das industrias e artes industriaes e sobretudo a historia das industrias nacionaes, as suas origens, os seus progressos e os seus processos de trabalho, por meio de collecções retrospectivas de ferramentas, utensilios, machinismos e productos (originaes ou reproduções) ;

h) Mostrar o estado da instrucção industrial, e de arte industrial no paiz.

§ unico. No caso de se estabelecerem em paizes estrangeiros exposições permanentes de productos portuguezes, junto dos consulados de Portugal ou a cargo de qualquer entidade para isso auctorizada pelo governo portuguez, poderão ser encarregados os Museus de organizar collec-

ções de materias primas e de productos industriaes para essas exposições.

Art. 68.º Annualmente se effectuará em cada Museu a exposição das provas e trabalhos das Escolas industriaes da respectiva circumscripção, conforme o disposto n'este decreto bem como, em qualquer epocha a exposição para venda, dos productos das officinas annexas ás mesmas escolas aos Museus e aos Institutos industriaes.

Art. 69.º Alternadamente, nos museus de Lisboa e Porto, se effectuará uma exposição annual collectiva dos trabalhos de todas as escolas industriaes do reino, para se poder apreciar o resultado comparado do ensino nas duas circumscripções.

§ unico. As condições especiaes em que devem ser feitas estas exposições ficam consignadas nos artigos 129.º e 130.º e paragraphos respectivos.

Art. 70.º Os Museus industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto são dependencias da direcção geral do commercio e industria á qual ficam subordinados para todos os effectos.

CAPITULO II

Da organização dos Museus

Art. 71.º Nos Museus deve-se ter muito em vista facilitar, quanto possivel, aos productores e commerciantes nacionaes o estudo pratico dos negocios, e habilitar-os para a defeza do mercado nacional, para realisar a nacionalisação do consumo em beneficio da industria portugueza e para a concorrencia nos mercados estrangeiros e coloniaes.

Art. 72.º Na sub-secção colonial dos Museus deverão ser expostas as materias primas e os productos das colonias, que são importados e vendidos no reino, e bem assim os productos industriaes, nacionaes e estrangeiros que são introduzidos e vendidos nas provincias ultramarinas.

§ 1.º As informações que devem acompanhar os productos expostos serão completas tanto quanto possivel, incluindo as condições do fabrico, os caracteres e qualidades particulares, que os distinguem e recommendam nos variados climas das colonias portuguezas. Designar-se-hão os preços, as condições de conservação, acondicionamento, de transporte, etc.

§ 2.º No *Boletim* mensal de cada Museu estudar-se-hão cuidadosamente as variações do commercio colonial que occorrerem nos differentes mercados e nas vias de com-

municacão maritimas, terrestres e fluviaes, habilitando d'este modo os industriaes e negociantes portuguezes a seguirem o movimento de concorrência dos productos estrangeiros nas provincias do ultramar.

Art. 73.º Para se conseguir o disposto no artigo precedente deverão empregar-se os seguintes meios:

a) Os directores dos Museus solicitarão dos governadores das provincias ultramarinas, e outros funcionarios coloniaes, as necessarias informações, pondo as de caracter mais geral á disposição do publico, e as reservadas á disposição dos interessados, negociantes ou industriaes.

b) Os directores deverão colligir directamente nas publicações periodicas dos paizes e colonias estrangeiras impressas nas linguas franceza, ingleza, allemã e hollandeza todas as noticias do movimento de producção, importação e exportação que interessem á industria e commercio nacional relacionado com as colonias portuguezas.

c) Nos *Boletins* mensaes dos Museus serão condensados com precisão e clareza os factos colligidos nas revistas estrangeiras, reservando-se os pormenores e minudencias das differentes especialidades para os interessados, negociantes ou industriaes.

Art. 74.º Os objectos expostos por commerciantes, industriaes ou colleccionadores serão classificados conjunctamente. A secção de *arte industrial* tanto antiga como moderna, e bem assim a secção do material de ensino terão logar em catalogos especiaes.

§ unico. Os productos da industria serão acompanhados, quanto possivel, de series de amostras que patenteiem os processos de fabricacão, apresentando o objecto nas suas successivas transformações, e, n'esse caso, taes series de amostras apparecerão pela sua ordem ao lado do producto venal, exposto no logar que lhe corresponder pela sua classificacão.

Art. 75.º Cada um dos Museus será dividido em cinco secções geraes: *commercial*, *industrial*, *technologica*, *de arte industrial* e *pedagogica*, ou do material de ensino. Cada secção geral será dividida em duas sub-secções geraes — nacional e estrangeira.

§ 1.º Haverá em cada Museu:

a) Uma bibliotheca com obras de instrucção geral, commercial, industrial e de arte industrial, composta de tratados profissionaes e de arte industrial, de technica officinal e de technologia; uma secção especial de informações abrangerá o seguinte: almanachs de commercio, catalogos

de museus estrangeiros, publicações periodicas que se occupem especialmente de commercio e industria, tarifas das alfandegas dos diversos paizes, tarifas de caminhos de ferro, etc.

b) Um gabinete de estudo para os visitantes poderem fazer as copias, esbocetos, etc., de que carecerem, servindo-se dos objectos expostos no Museu ou dos livros, documentos e estampas existentes na bibliotheca.

c) Uma officina modelo no Museu do Porto para o abastecimento do material das escolas e dos Institutos industriaes e commerciaes segundo o disposto no artigo 78.º

§ 2.º A bibliotheca e o gabinete de estudo estarão patentes ao publico todo o tempo que os Museus o estiverem. Instrucções regulamentares especiaes determinarão a organização e o regimen d'esses estabelecimentos e das officinas.

I. — Dos catalogos

Art. 76.º A classificação especificada dos objectos expostos será feita em catalogo especial para cada um dos Museus e impresso separadamente.

§ 1.º A primeira edição dos catalogos poderá ser provisoria e resumida, para uso immediato do publico.

§ 2.º As edições ultteriores serão devidamente commentadas; devendo o registo de todas as secções ser conservado em dia por meio do *Boletim*.

§ 3.º Um resumo do catalogo geral commentado, feito com concisão e clareza, servirá de guia ao visitante que não carecer de informações especiaes, e será vendido pelo minimo do preço de custo.

§ 4.º Poderá haver catalogos, resumos ou guias especiaes das differentes secções dos Museus.

§ 5.º Os catalogos serão organisados de modo a dar ao leitor uma idéa clara da composição de cada secção, e do valor e utilidade dos objectos comprehendidos em cada grupo.

§ 6.º Na elaboração d'esses catalogos aproveitar-se-ha, tanto quanto possivel, a nomenclatura e tecnologia nacional, principalmente nos productos das pequenas industrias e das industrias caseiras. Para a nomenclatura dos objectos de arte industrial recorrer-se-ha ás informações dos documentos historicos, taes como inventarios, leis sumptuarias, pautas das feitorias e consulados, aos estatutos das corporações e mesteres e outros.

§ 7.º Os productos da industria actual e as materias

primas que essas industrias transformam serão descriptos por grupos de industrias, segundo a *Classificação systemática dos Museus industriaes e commerciaes*, approvada por portaria de 19 de janeiro de 1885, modificada segundo o disposto no artigo 75.º

Art. 77.º Adicionar-se-hão aos Museus as collecções technologicas e de materias primas que pelo disposto no artigo 55.º passam para os Museus, por fôrma que estes facilitem o estudo ao industrial, ao commerciante e ao artifice, servindo simultaneamente de Museus de material de ensino.

II. — Da officina annexa

Art. 78.º Junto ao Museu do Porto crear-se-ha uma officina destinada á reproducção de modelos de arte e arte industrial em gesso, photographia, e processos graphicos correlativos, galvanoplastia, etc. Esta officina fornecerá os elementos necessarios, quer para o ensino, quer para o estudo das artes industriaes, devendo, quanto possivel, reproduzir os exemplares typicos da arte portugueza.

§ 1.º A officina annexa ao Museu do Porto será considerada como estabelecimento-modelo para o abastecimento das Escolas e Institutos industriaes, a fim de se poder coordenar, classificar e distribuir methodicamente o material necessario ás ditas Escolas e Institutos, e nacionalisar, quanto possivel, os elementos do ensino.

§ 2.º Alem dos elementos necessarios para o ensino, a officina do Museu do Porto reproduzirá objectos da arte industrial e os typos architectonicos da arte nacional, em ordem historica, para serem expostos no Museu, offerecidos ao publico por modico preço, ou permutados com os museus estrangeiros. O respectivo director taxará os preços em catalogo impresso bilingue (portuguez e francez) illustrado e acompanhado das necessarias indicações historicas.

Art. 79.º Junto aos Museus poderão estabelecer-se cursos livres de arte ornamental e sua historia, especialmente portugueza, regidos pelos respectivos directores, ou, com approvação do director respectivo, por professores do ensino industrial, e até por estranhos, podendo n'estes cursos utilizar-se o material reunido no recinto dos mesmos museus.

Art. 80.º Alem dos cursos de que trata o artigo precedente os directores poderão auctorisar nos Museus respectivos conferencias sobre assumptos commerciaes ou indus-

trias, incluindo-se aquellas que os expositores porventura queiram fazer a bem da sua industria.

§ unico. O programma d'essas conferencias será previamente submettido ao director.

III.—Do Boletim

Art. 81.^o Cada um dos Museus publicará separadamente um *Boletim* mensal para se poder estudar e archivar o movimento do commercio e da industria nacional e estrangeira no reino e nas colonias, registar o trabalho realisado nas differentes secções dos museus e na respectiva officina do Museu do Porto e fornecer á industria e commercio nacionaes todas as informações que lhes possam aproveitar.

§ unico. A publicação será feita pela fórma que preceituarem as instrucções regulamentares especiaes, devendo, comtudo, cingir-se ao seguinte :

A. Secção geral : Reino e colonias

I. *Commercio.*

- a) Exportação especificada do reino para os principaes paizes da Europa e importação d'esses paizes para o reino;
- b) Exportação especificada do reino para o Brazil; importação do Brazil para Portugal;
- c) Exportação especificada do reino para as colonias portuguezas. Produção das colonias e importação para o reino;
- d) Concentração das informações consulares, dispersas pelo *Diario do Governo* e das informações dos funcionarios dispersas no mesmo *Diario* e nos orgãos officiaes da imprensa ultramarina;
- e) Concentração das informações de procedencia estrangeira, officiaes e particulares, mais recentes, nas condições estabelecidas na rubrica *b* do artigo 73.^o d'este decreto.

Todas as informações relativas ás rubricas supra: *a b e c* serão dadas com a concisão, clareza e pormenores uteis, recommendados nos §§ 1.^o e 2.^o do artigo 72.^o

B. Secção especial :

II. *Industria.*

- a) Informação resumida, mensal, do progresso da industria fabril no reino, por grupos de industrias. Re-

sumo dos trabalhos das *Associações industriaes portuguezas*. Movimento da industria colonial;

- b) Marcas, privilegios e outra legislação industrial;
- c) Movimento operario nas suas relações com as escolas industriaes. Disposições tradicionaes a utilizar da antiga officina portugueza.
- d) Informações sobre as industrias caseiras do paiz; sua transformação gradual em pequena industria e industria de concorrência. Typos e modelos valiosos.

C. Movimento interno do Museu e das Escolas :

III. *O Museu nas suas cinco secções : commercial, industrial, tecnologica, de arte industrial e pedagogica.*

- a) As collecções. Catalogos. Regulamentos especiaes;
- b) Estatistica de serviço interno: frequencia do publico; entradas e saídas de objectos. Informações dadas e obtidas nas relações com o publico e os expositores;
- c) A bibliotheca e o gabinete de estudo;
- d) O museu ambulante;
- e) Relatorios parciaes dos conservadores;
- f) Relatorio annual do director;
- g) Resumo do relatorio do inspector da circumscripção respectiva;
- h) Resumo dos relatorios das conferencias semestraes dos professores e das conferencias geraes, annuaes.
- i) Noticia dos cursos livres e as conferencias no museu e nas escolas da circumscripção respectiva.

IV. *As officinas e a secção do material de ensino, (pedagogica).*

As officinas dos gessos e photographica. Sua acção como estabelecimentos modelo, fornecedores das escolas e outros estabelecimentos officiaes.

- a) Sua missão e influencia pela criação do material pedagogico e museal. Inventario gradual da arte portugueza.
- b) Sua influencia na coordenação, classificação e distribuição do material pedagogico e museal.

CAPITULO III

Disposições geraes

Art. 82.º O director do Museu e o conservador serão escolhidos livremente pelo governo de entre individuos que

hajam provado a sua competencia em estudos e trabalhos profissionais e especiaes, proprios ao bom desempenho das funcções que lhes são confiadas.

Art. 83.º Os directores dos Museus deverão apresentar e sujeitar á approvação do governo todos os projectos de regulamentos e instrucções geraes e especiaes de que trata o estatuto dos Museus dentro do praso de seis mezes, a contar da data da publicação d'esta reforma no *Diario do Governo*.

Art. 84.º Continuam em vigor as disposições do decreto de 19 de dezembro de 1888, na parte que não é revogada, alterada, ou substituida por este decreto.

TITULO III

Das Escolas industriaes

CAPITULO I

Das Escolas industriaes, seus fins e distribuição

Art. 85.º As Escolas industriaes são destinadas a:

- a) Iniciar a instrucção de aprendizes nos differentes officios, preparando o estabelecimento do ensino corporativo livre, que compete moralmente ás associações de classe;
- b) Promover a organização de cursos elementares profissionais das pequenas industrias locais, ligando o ensino manual elementar com o da escola primaria;
- c) Ministar o ensino profissional e geral aos operarios de todas as artes e officios;
- d) Dar instrucção preparatoria aos alumnos que se destinam aos cursos industriaes e commerciaes dos Institutos de Lisboa e Porto;
- e) Habilitar com ensino especial technico e artistico na escola e na officina que devem ser intimamente ligadas e inseparaveis, os individuos que se propõem a exercer os logares de contramestres, capatazes e mandadores industriaes;
- f) Ensaiar por ordem do governo ou a pedido de particulares osapparelhos, materiaes e processos susceptiveis de emprego vantajoso nas industrias locais e a divulgar os aperfeiçoamentos que possam ser introduzidos n'essas industrias.

§ 1.º O ensino pratico das officinas acompanhará sem-

pre o ensino theorico das aulas, correndo os respectivos programmas parallelamente.

§ 2.º É incompativel o logar de professor com o de mestre da officina, salvo os casos excepcionaes previstos no artigo 93.º, § 3.º

Art. 86.º O ensino ministrado nas Escolas industriaes divide-se em tres secções, a saber:

- A) Instrucção geral.
- B) Instrucção industrial.
- C) Technica officinal.

A primeira secção (A) abrange as seguintes disciplinas:

1. Arithmetica, geometria elementar e suas applicações commerciaes e industriaes; principios geraes de physica, chimica e de historia natural;
2. Lingua portugueza; Historia e geographia especialmente de Portugal e suas colonias;
3. Lingua franceza.

A segunda secção (B) abrange as seguintes disciplinas:

4. Desenho elementar, das classes I preparatoria e II complementar;
5. Desenho architectonico, das classes I desenho artistico e modelação; e II desenho technico;
6. Desenho ornamental, das classes I desenho de ornato e modelação e II composição ornamental.
7. Desenho mechanico;
8. Physica e mechanica industrial.
9. Chimica industrial;

A terceira secção (C) consiste no ensino technico profissional ministrado em officinas de trabalho manual ou mechanico, e classificado, a saber:

- a) Curso elementar, ou de aprendizes.
- b) Curso complementar, ou de artifices.
- c) Curso especial, ou de contra-mestres.

Art. 87.º As Escolas industriaes são:

- a) completas;
 - b) incompletas; e
 - c) elementares, conforme comprehendem nos seus cursos:
- a) todas as disciplinas do quadro do ensino, b) parte d'ellas segundo as mais urgentes necessidades locaes, ou c) apenas o ensino do desenho e por vezes o officinal, como bases dos ramos de arte industrial e de technica officinal.

Art. 88.º São Escolas industriaes completas as:

- Marquez de Pombal*, em Lisboa.
- Infante D. Henrique*, no Porto.

Art. 89.º São Escolas industriaes incompletas as:

Francisco de Hollanda, em Guimarães;

Brotero, em Coimbra;

Campos Mello, na Covilhã;

Bartholomeu dos Martyres, em Braga;

Fradesso da Silveira, em Portalegre.

Na primeira leccionar-se-hão as disciplinas n.ºs 1, 4, 6, 7, 8 e 9.

Na segunda as n.ºs 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

Na terceira as n.ºs 1, 3, 4 e 9.

Na quarta as n.ºs 1, 4, 5 e 6.

Na quinta as n.ºs 1, 4, 5 e 6:

Art 90.º São Escolas industriaes elementares, onde se professa unicamente o ramo de ensino de arte industrial, ou este e o officinal tecnico, as seguintes:

1.º Na circumscripção do norte:

Faria Guimarães, Bomfim; do Porto, idem 4.

Passos Manuel, de Gaia, idem 4, e 6.

Nun'alvares, de Vianna, idem 4, 5 I e 6 I.

Infante D. Pedro, de Bragança, idem 4 e 6.

D. Luiz I, de Villa Real, idem, 4 e 6.

2.º Na circumscripção do sul:

Affonso Domingues, de Xabregas, de Lisboa, idem 4, 5, 6 e 7.

Rainha D. Amelia, de Setubal, idem 4 e 6.

Damião de Goes, de Alemquer, idem 4 e 6.

Rainha D. Leonor, das Caldas da Rainha, idem 4 e 6.

Domingos Sequeira, de Leiria, idem 4, 5 e 6.

Rainha D. Maria Pia, de Peniche, idem 4 e 6.

Victorino Damasio, de Torres Novas, idem 4, 6 e 7.

Jacome Ratton, de Thomar, idem 4, 5, 6 e 7.

Pedro Nunes, de Faro, idem 4, 5 e 6.

Antonio Augusto de Aguiar, do Funchal, idem 4, 5, e 6 (I e II classe).

Velho Cabral, de Ponta Delgada, idem 4 e 6.

§ 1.º São supprimidas as escolas de Belem, de Chaves, da Figueira, de Mattosinhos e Angra.

§ 2.º Nas escolas *Passos Manuel*, *Infante D. Pedro*, *Damião de Goes*, *Rainha D. Amelia*, *Rainha D. Maria Pia*, *Velho Cabral*, *Pedro Nunes* e *D. Luiz I*, o ensino das disciplinas n.ºs 5 e 6 comprehende sómente as primeiras classes, isto é, o desenho architectonico artistico e a modelação na disciplina n.º 5, e o desenho de ornato e a modelação na disciplina n.º 6.

Art. 91.º A criação de novas disciplinas nas escolas elementares e incompletas, bem como a instituição de novas escolas, só poderão ser feitas com auctorisação legislativa especial.

CAPITULO II

Das officinas e estabelecimentos annexos ás escolas

Art. 92.º O ramo de technica officinal do ensino industrial será professado em officinas privativas das escolas, ou em officinas particulares por contrato feito entre o inspector da circumscripção, por parte do estado, e os proprietarios d'essas officinas.

§ 1.º Esses contratos serão sujeitos á approvação do governo.

§ 2.º Sempre que a officina profissional disser respeito a industria florescente na localidade preferir-se-ha o systema do contrato ao das officinas privativas.

§ 3.º Estas serão preferidas quando o ensino tiver por fim restaurar uma industria decadente por falta de instrucção profissional, desenvolver uma pequena industria ou implantar uma industria nova.

§ 4.º Nas officinas contratadas serão mestres os proprios mestres das fabricas em que o ensino se fizer, entrando a remuneração dos mestres nas condições que têm de ser estabelecidas por contrato com os donos das mesmas fabricas.

§ 5.º O ensino officinal technico dividido conforme o disposto na parte correspondente do artigo 86.º, tem o caracter commun do apprendizado industrial, isto é, obriga ao trabalho effectivo em todos os cursos, quer para os aprendizes, quer para os artifices, quer para os contra-mestres.

§ 6.º Em qualquer dos casos, quer nas officinas privativas, quer nas contratadas, o director da escola superintende no ensino.

Art. 93.º Os mestres das officinas privativas serão de nomeação do inspector da circumscripção, que a fará sobre proposta do director da escola e com approvação do governo.

§ 1.º Estas nomeações são temporarias.

§ 2.º Não podem recair senão em individuos que tenham exercido praticamente a industria como mestres ou artifices de reconhecida aptidão.

§ 3.º Não póde accumular-se o logar de mestre com o de professor, salvo quando este reuna condições excepção-

naes de reconhecida competencia para o exercicio d'aquelle logar e a haja provado em trabalhos praticos officinaes. Em todo o caso nunca, nem mesmo por excepção, pôde esta accumulção coincidir, sob nenhum pretexto, com as funcções de director da escola.

§ 4.º Na falta de mestres nacionaes o governo poderá contratal-os não estrangeiro.

§ 5.º Alem dos mestres poderão ser admittidos os artifices que forem necessarios para os coadjuvar, devendo ser considerados jornaleiros e pagos como taes.

§ 6.º Aos aprendizes poderá ser attribuido um pequeno salario, quando o mereçam pela sua applicação e mórmente quando auxiliem o trabalho officinal como regentes de aprendizes.

Art. 94.º Os objectos produzidos pelas officinas privativas, que não forem precisos para a escola ou respectivo museu, serão expostos e vendidos ao publico, revertendo o producto em beneficio da escola.

§ 1.º Do producto dos objectos uteis das officinas privativas, uma parte poderá ser attribuida aos seus alumnos como remuneração proporcional e incitamento ao trabalho.

§ 2.º O inspector da circumscripção fixará essas remunerações sobre proposta do director da escola e com approvação do governo.

Art. 95.º As escolas em que ficam estabelecidas officinas, privativas ou contratadas, de ensino technico, são as seguintes:

A) Escolas industriaes completas:

1.^a *Marquez de Pombal*, Lisboa:

- a) Marcenaria e obra de torno;
- b) Pintura decorativa;
- c) Esculptura decorativa em madeira, pedra, estuque, etc.;
- d) Serralheria;
- e) Labor de metaes e esmaltes;
- f) Encadernação e cartonagem;
- g) Labor em couro, applicado ao pequeno e grande mobiliario;
- h) Pintura em louça;
- i) Lavores femininos (costura, bordados, corte, rendas, flores artificiaes, pintura menor decorativa em objectos de adorno, etc.)

2.^a *Infante D. Henrique*, Porto:

- a) Marcenaria e obra de torno;
- b) Esculptura decorativa em madeira, pedra, estuque, etc.;
- c) Pintura decorativa;
- d) Serralheria;
- e) Lavor de metaes e esmaltes;
- f) Encadernação e cartonagem;
- g) Lavor em couro, applicado ao pequeno e grande mobiliario;
- h) Obra de verga e vime;
- i) Lavors femininos (costura, bordados, corte, rendas, flores artificiaes, pintura menor decorativa em objectos d'adorno, etc.)

B) Escolas industriaes incompletas:

3.^a *Francisco de Hollanda*, Guimarães:

- a) Serralheria;
- b) Cutileria;
- c) Fiação e tecelagem;
- d) Cortumes e ultimação das pelles, e labores em couro;
- e) Lavors femininos (costura, bordados e rendas).

4.^a *Brotero*, Coimbra:

- a) Marcenaria e obra de torno;
- b) Esculptura decorativa em madeira, pedra, estuque, etc.;
- c) Serralheria;
- d) Encadernação e cartonagem;
- e) Ceramica;
- f) Obra de verga e vime;

5.^a *Campos Mello*, Covilhã:

- a) Carpinteria;
- b) Serralheria;
- c) Fiação e tecelagem;
- d) Tinturaria.

6.^a *Bartholomeu dos Martyres*, de Braga:

- Carpinteria;
- Serralheria;
- Lavorf femininos (costura, bordados, etc.)

7.^a *Fradesso da Silveira*, de Portalegre;

- Carpinteria;
- Serralheria;
- Tecelagem;

C) Escolas industriaes elementares :

8.^a *Faria Guimarães*, Bomfim, Porto :

- a) Fiação e tecelagem;
Tinturaria;
- b) Obra de sirgueiro;

9.^a *Passos Manuel*, Gaya :

Ceramica.

10.^a *Nun'alvares*, Vianna do Castello :

- a) Carpinteria;
- b) Tecelagem;
- c) Esculptura decorativa em pedra, estuque, etc.
- d) Rendas, costura e bordados.

11.^a *Affonso Domingues*, Xabregas, Lisboa :

- a) Carpinteria;
- b) Serralheria;
- c) Pintura decorativa.

12.^a *Rainha D. Amelia*, Setubal :

- a) Rendas, costura e bordados;
- b) Côte de roupa.

13.^a *Rainha D. Maria Pia*, Peniche :

- a) Rendas, costura e bordados;
- b) Côte de roupa;

14.^a *Rainha D. Leonor*, Caldas da Rainha :

Ceramica;

15.^a *Victorino Damasio*, Torres Novas :

- a) Carpinteria;
- b) Fiação e tecelagem.
Tabalhos em pedra;

16.^a *Jacome Ratton*, Thomar :

- a) Carpinteria;
- b) Serralheria;
- c) Fiação e tecelagem.

17.^a *Pedro Nunes*, Faro :

- a) Carpinteria naval;
- b) Poliame;

18.^a *Antonio Augusto de Aguiar*, Funchal :

- a) Marceneria (*intarsia* — lavor marchetado) e obra de torno;
- b) Obra de verga e vime;
- c) Lavores femininos (costura, bordados, côte, rendas, flores artificiaes, etc.)

19.^a *Domingos Sequeira*, de Leiria :

Carpinteria;

Serralheria;

Pintura decorativa;

Lavores femininos (costura, bordados, etc.)

Art. 96.º Nas escolas de Villa Real e Bragança da circumscripção do norte, Alemquer e Ponta Delgada da circumscripção do sul, haverá pequenas officinas de carpinteria e serralheria de feição elementar, simplesmente para o ensino manual educativo, cujo programma será fixado em instrucções especiaes.

§ 1.º Enquanto os respectivos professores de desenho não se habilitarem para ministrar esse ensino, será o serviço desempenhado por artífices competentes, que vencerão salario.

§ 2.º O programma do ensino manual educativo será obrigado nos cursos dos artífices de carpinteria e serralheria das Escolas industriaes em que houver esses cursos.

Art. 97.º O programma de ensino dos cursos de carpinteria das escolas citadas é obrigado para os artífices que pretendam seguir os cursos de marcenaria e obra de torno.

Art. 98.º As officinas que ainda não estiverem creadas sel-o-hão gradualmente, segundo a verba orçamental em cada anno votada para este fim.

Art. 99.º O curso dos lavores femininos nas escolas completas *Infante D. Henrique* e *Marquez de Pombal* habilita sendo seguido em annos completos, com boa frequencia e assidua applicação, para a regencia de trabalhos identicos nas escolas industriaes completas, incompletas e n'outros estabelecimentos officiaes.

§ unico. O programma de ensino d'este curso será fixado em instrucções especiaes.

Art. 100.º O curso de ceramica da escola das Caldas da Rainha é considerado normal e completo para toda a industria da ceramica nacional.

§ unico. O programma de ensino d'este curso será fixado em instrucções especiaes.

Art. 101.º A creação de novas officinas de ensino profissional privativas ou contratadas, será, havendo verba orçamental disponivel, feita por decreto quando as circumstancias assim o indiquem opportuno, ou por proposta do inspector da circumscripção e sempre com parecer fundamentado da direcção geral do commercio e industria.

Art. 102.º Em cada uma das Escolas industriaes deverá haver uma bibliotheca e um museu, em relação com o grau da mesma escola, character do ensino e natureza das officinas.

§ 1.º O museu comprehenderá:

Serralheria ;
 Pintura decorativa ;
 Lavoros femininos (costura, bordados, etc.)

Art. 96.º Nas escolas de Villa Real e Bragança da circumscripção do norte, Alemquer e Ponta Delgada da circumscripção do sul, haverá pequenas officinas de carpinteria e serralheria de feição elementar, simplesmente para o ensino manual educativo, cujo programma será fixado em instrucções especiaes.

§ 1.º Emquanto os respectivos professores de desenho não se habilitarem para ministrar esse ensino, será o serviço desempenhado por artifices competentes, que vencerão salario.

§ 2.º O programma do ensino manual educativo será obrigado nos cursos dos artifices de carpinteria e serralheria das Escolas industriaes em que houver esses cursos.

Art. 97.º O programma de ensino dos cursos de carpinteria das escolas citadas é obrigado para os artifices que pretendam seguir os cursos de marcenaria e obra de torno.

Art. 98.º As officinas que ainda não estiverem creadas sel-o-hão gradualmente, segundo a verba orçamental em cada anno votada para este fim.

Art. 99.º O curso dos labores femininos nas escolas completas *Infante D. Henrique* e *Marquez de Pombal* habilita sendo seguido em annos completos, com boa frequencia e assidua applicação, para a regencia de trabalhos identicos nas escolas industriaes completas, incompletas e n'outros estabelecimentos officiaes.

§ unico. O programma de ensino d'este curso será fixado em instrucções especiaes.

Art. 100.º O curso de ceramica da escola das Caldas da Rainha é considerado normal e completo para toda a industria da ceramica nacional.

§ unico. O programma de ensino d'este curso será fixado em instrucções especiaes.

Art. 101.º A creação de novas officinas de ensino profissional privativas ou contratadas, será, havendo verba orçamental disponivel, feita por decreto quando as circumstancias assim o indiquem opportuno, ou por proposta do inspector da circumscripção e sempre com parecer fundamentado da direcção geral do commercio e industria.

Art. 102.º Em cada uma das Escolas industriaes deverá haver uma bibliotheca e um museu, em relação com o grau da mesma escola, character do ensino e natureza das officinas.

§ 1.º O museu comprehenderá:

a) O material pedagogico necessario para o ensino das disciplinas professadas em cada uma das cadeiras;

b) O material historico, museal, propriamente dito, para o estudo da historia da industria ou industrias que as localidades e suas officinas representarem;

c) O material technico e tecnologico, isto é: os modelos, ferramentas, materias primas e suas transformações em amostras e productos, necessarias para divulgar os aperfeiçoamentos que possam ser introduzidos nos methodos de trabalho das industrias locais (caseiras e pequenas industrias); para ensaiar os processos fabris susceptiveis de mais vantajoso emprego nas industrias de concorrência; para tornar conhecidos os productos similares dos que se fabricam na localidade e patentear a historia dos progressos da industria local.

§ 2.º Os Museus escolares obterão dos Museus de Lisboa e Porto os objectos que estes possam dispensar, mediante requisição do inspector da circumscripção respectiva e com auctorisação superior.

§ 3.º A bibliotheca deverá ser composta de obras de instrucção geral, arte industrial, sciencia applicada, technica officinal e de tecnologia, abrangendo os livros, publicações periodicas, estampas, mappas e desenhos necessarios para ensino dos alumnos e instrucção dos industriaes e artifices em geral.

§ 4.º Instrucções regulamentares especiaes fixarão o regimen dos Museus e das Bibliothecas das Escolas que hão de variar conforme o character e a importancia de cada uma, simplificando-se até ao grau elementar.

Art. 103.º Em todas as escolas que tiverem estabelecido o ensino da chimica industrial deverá haver pequenos laboratorios chimicos, para que os exercicios practicos acompanhem sempre o ensino theorico.

§ 1.º Estes laboratorios são em tudo identificados ás officinas privativas.

§ 2.º Os laboratorios farão as analyses, experiencias e ensaios, necessarios ao ensino escolar, as que superiormente lhes forem ordenadas, podendo fazel-as para o publico, mediante remuneração.

§ 3.º Os proventos de trabalhos feitos para particulares reverterão em beneficio da escola.

§ 4.º Instrucções regulamentares especiaes fixarão o regimen d'esses laboratorios.

CAPITULO III

I. Dos cursos

Quadro do programma geral do ensino e disciplinas respectivas

Secções do ensino	N.º de disciplinas	Classificação	Gradação
Secção A <i>Instrução geral</i>	1	Arithmetica, geometria elementar e suas applicaç. ^{es} commerciaes e industriaes. Principios geraes de physica, chimica e de historia natural.	
	2	Lingua portugueza. Historia e geographia, especialmente de Portugal e suas colonias.	
	3	Lingua franceza.	Classe I — Preparatoria.
	4	Desenho elementar...	Classe II — Complementar: a — Parte inferior. b — Parte superior.
Secção B <i>Instrução industrial</i>	5	Desenho architectural	Classe I — Desenho artistico e modelação. Classe II — Desenho tecnico.
	6	Desenho ornamental.	Classe I — Desenho de ornato e modelação. Classe II — Composição ornamental.
	7	Desenho mechanico.	Classe I e II.
	8	Physica e mechanica industrial.	
Secção C <i>Técnica officinal</i>	9	Chimica industrial.	a — Curso elementar ou de aprendizes.
	—	—	b — Curso complementar ou de artifices. c — Curso especial ou de contra-mestres.

Art. 104.º Nas Escolas industriaes haverá os seguintes cursos, conforme as condições particulares de cada uma:

1. Cursos elementar e geral:

a) *Curso primario elementar*, abrangendo o desenho elementar e o trabalho manual educativo.

- b) Curso de instrução geral complementar, que será considerado preparatório para os Institutos industriaes e commerciaes.*

2. Cursos industriaes. Estes cursos constam de dois ensinõs parallelos:

I. Trabalhos praticos officinaes.

II. Arte e sciencia industrial.

- a) Ornamental, 1.º e 2.º grau,*
- b) Architectural, 1.º e 2.º grau,*
- c) Desenho mechanico, 1.º e 2.º grau,*
- d) Physica e mechanica industrial,*
- e) Chimica industrial.*

Art. 105.º O curso 1 *a*, cuja duração será de dois annos, tem por fim habilitar os alumnos a seguirem para o curso complementar ou industrial.

Art. 106.º O curso 1 *b* de instrução geral complementar, preparatorio para os Institutos industriaes e commerciaes durará tres annos e far-se-ha em conformidade com o seguinte quadro de disciplinas:

- a) Desenho (classe complementar).*
- b) Arithmetica, suas applicações commerciaes e industriaes; geometria elementar; principios de physica, chimica, historia natural.*
- c) Língua portugueza, historia e geographia, especialmente de Portugal e suas colonias.*
- d) Língua franceza.*

Art. 107.º O curso de instrução geral soffre reduções segundo o character das Escolas industriaes, até ficar só com o desenho elementar.

Art. 108.º Os cursos industriaes duram no minimo dois annos, no maximo quatro.

§ unico. Os alumnos mais adiantados no desenho poderão combinar o segundo anno do curso com o estudo do desenho architectural ou ornamental.

Art. 109.º O ensino do desenho será dividido em dois graus:

- 1.º Elementar ou geral;
- 2.º Industrial ou especial.

O ensino elementar ou geral será destinado ás creanças de ambos os sexos de oito a doze annos de idade, e separadamente, quanto possível, aos adultos que desejem preparar-se para a matricula no desenho industrial.

O ensino industrial ou especial será destinado a individuos dos dois sexos, aprendizes, artifices, mestres e contramestres de varias industrias ou officios.

Art. 110.^o O ensino do desenho elementar dividir-se-ha conforme o seu programma especial em duas classes:

- 1.^a Preparatoria;
- 2.^a Complementar.

§ unico A classe complementar será sub-dividida em duas partes: *a*) inferior e *b*) superior.

Art. 111.^o A classe *preparatoria* do desenho elementar comprehenderá o ensino do desenho linear á vista (mão livre, sem auxilio de regua, compasso, etc.)

Principiará este ensino pela iniciação do alumno em noções elementares de geometria e traçado de rectas e suas combinações, e seguirá no das linhas curvas, esboçando os contornos de figuras planas, de solidos geometricos e dos objectos mais simples de uso commum.

Começar-se-ha n'esta classe pelo uso das lousas stygmographicas, nas quaes os alumnos ensaiarão a copia de objectos desenhados pelo professor na pedra, e de modelos simples, objectos naturaes e outros; ao uso das lousas seguir-se-ha o do papel stygmographico e, depois, o do papel ordinario.

Art. 112.^o A classe *complementar* abrangerá na parte *a*) inferior, o sombreamento a meio effeito e noções elementares de perspectiva; na parte *b*) superior, o ensino do desenho a claro escuro, elementos de perspectiva e sombras e theoria das côres, desenhando os alumnos, de modelos ou do natural, objectos de uso commum, fórmas da ornamentação geometrica e vegetal, de modo que ao terminarem o curso possam reproduzir á vista qualquer objecto, não sómente nas suas linhas ou contornos, mas tambem na sua apparencia real e caracteristica.

N'esta classe será feito uso de papel ordinario almasso, papel Ingre, papel inglêz, branco, amarello ou cinzento, do carvão, do lapis preto. Não se admite o esfuminho, nem processos de execução semelhantes.

Art. 113.^o No ensino elementar do desenho os professores, adoptando os principios geraes indicados n'este regulamento, empregarão livremente os methodos (dictado, á vista, de memoria, de invenção, a tempo fixo e outros) que mais convenientes lhes parecerem, segundo a indole, aptidão e adiantamento dos alumnos e conforme as indicações da experiencia.

§ unico. O programma especial do desenho elementar será elucidado em documentos separados: *Normas e instrucções para os professores; idem para os alumnos.*

Art. 114.º Os methodos e processos de ensino usados pelos professores estão sujeitos sempre a revisão e devem ser especial e cuidadosamente estudados nos seus resultados pelos inspectores. Estes apresentarão os alvitres que parecerem opportunos para completa elucidação das instancias superiores.

Art. 115.º O ensino elementar do desenho na classe preparatoria será simultaneo, devendo o professor desenhar sempre os problemas na pedra.

Art. 116.º É expressamente prohibido corrigir as provas dos alumnos. Quando o professor tiver de apontar alguma emenda para sublinhar um defeito do desenho ou facilitar alguma difficuldade da execução por meio de uma variante, fará a sua nota ou esboço á margem da prova.

Art. 117.º O ensino do desenho elementar nas duas classes preparatorias e complementar-inferior *a)* será dado, por via de regra, em um anno lectivo em cada uma das classes, sendo metade das lições para cada classe.

§ 1.º O professor poderá encurtar ou alargar o periodo de ensino de classe, conforme as aptidões do alumno.

§ 2.º O alumno não poderá repetir mais de duas vezes a mesma parte ou classe de uma disciplina.

§ 3.º A passagem da classe preparatoria, no desenho de simples contorno para a classe complementar, no desenho sombreado (parte *a* inferior) depende da aptidão de cada alumno e do criterio do professor.

§ 4.º O curso da parte *b* superior da classe complementar poderá alargar-se, sendo necessario, até preencher um anno lectivo, graduando mais methodicamente os problemas, principalmente para os alumnos que pretenderem seguir para o grau industrial.

Art. 118.º O ensino do desenho industrial dividir-se-ha em tres ramos:

- 1.º *Ornamental*;
- 2.º *Architectural*;
- 3.º *Mechanico*.

§ unico. Esse ensino será dado aos alumnos de um modo pratico e tanto quanto possivel experimental, conforme o officio a que cada um se destinar.

Art. 119.º O ensino do desenho do ramo *ornamental* divide-se em duas classes:

- a) Ornato e modelação.
- b) Composição ornamental.

A primeira classe comprehende:

- 1.º Combinação e applicação ao desenho dos elementos da flora e fauna natural e estylisada.
- 2.º Modelação dos mesmos elementos.

A segunda classe comprehende:

- 3.º Repetição e continuação de 1 e 2.
- 4.º Pintura, na sua applicação segundo a materia prima, o destino e fim ornamental.
- 5.º Theoria e critica da composição ornamental (curso livre).
- 6.º Elementos da historia das artes industriaes, especialmente das da peninsula hispanica (curso livre).

§ 1.º Este curso será especialmente destinado aos estudantes, pintores, douradores, typographos, lithographos, gravadores, encadernadores, correeiros, esculptores, marceneiros, entalhadores, torneiros, serralheiros, carpinteiros, ourives, louceiros e aos operarios dos officios que reclamam o conhecimento do desenho completado pelo da modelação.

§ 2.º Poderão ser dispensados do estudo da modelação os alumnos que se dedicarem a profissões para as quaes baste o conhecimento do desenho ornamental, applicado ás superficies planas, como bordadores, tecelões, estampadores e outros.

Art. 120.º O ensino do desenho do *ramo architectural* divide-se em duas classes:

- a) Classe do desenho artistico e de modelação.
- b) Classe do desenho technico.

A primeira classe comprehende:

- 1.º Desenho geometrico rigoroso.
- 2.º Noções de geometria descriptiva, da theoria das sombras e da perspectiva; aguadas e aguarellas.
- 3.º Desenho á vista de elementos architectonicos. Modelação.

A segunda classe comprehende:

- 4.º Repetição e continuação de 2 e 3.
- 5.º Desenho rigoroso de architectura e ornato architectonico.
- 6.º Stereotomia.
- 7.º Topographia.
- 8.º Composição e construcção architectonica.
- 9.º Elementos da historia da architectura, especialmente da peninsular comparada (curso livre).

§ unico. Este curso é especialmente destinado aos ar-

chitectos praticos, contra-mestres de obras, carpinteiros de construção e de machado, pedreiros, canteiros e artifices de officios analogos.

Art. 121.º O ensino de desenho do ramo *mechanico* comprehenderá as seguintes materias em duas classes:

Primeira:

1.º Desenho geometrico rigoroso com o auxilio dos instrumentos respectivos;

2.º Perspectiva, aguadas e aguarellas;

3.º Desenho á vista de machinas eapparelhos industriaes;

4.º Physica e mechanica industrial;

Segunda:

5.º Repetição e continuação de 3 e 4.

6.º Desenho rigoroso de machinas, traçado de machinismos; elaboração de córtes, alçados e planos de machinas;

7.º Composição e elaboração de projectos e construção de machinas.

8.º Noções geraes historicas das industrias portuguezas, tradicionaes ou caseiras e especialmente da industria fabril desde o meado do seculo xvii (curso livre).

§ 1.º Este curso é especialmente destinado aos seralheiros, montadores, ajustadores e artifices constructores de machinas; machinistas e fogueiros; relojoeiros, e aos artifices de profissões analogas.

§ 2.º Cada uma das classes do ramo ornamental e architectural e mechanico será dada em cursos biennaes.

§ 3.º Os programmas do ensino de cada um d'estes ramos desenvolverá a materia enunciada, e indicará o modo como as materias communs aos dois ramos, architectural e mechanico, deverão ser regidas.

Art. 122.º As materias designadas nos artigos 119.º n.ºs 5 e 6; 120.º n.º 9 e 121.º n.º 7 poderão ser ensinadas em cursos livres, e constituem um corpo de doutrina intimamente ligado, cujo programma desenvolvido será submettido sempre ao respectivo inspector, com o parecer do conselho escolar.

II. — Alumnos. Matriculas. Exaltas. Penas disciplinares

Art. 123.º Haverá tres classes de alumnos: ordinarios, voluntarios e extraordinarios.

§ 1.º Os alumnos ordinarios serão obrigados a frequentar as diversas materias do curso pela ordem estabelecida nos programmas.

§ 2.º Os alumnos voluntarios poderão frequentar as diversas materias do curso pela ordem que lhes convier.

§ 3.º Extraordinarios são os alumnos que se matricularem em qualquer cadeira fóra da epocha regulamentar da matricula, bem como os ordinarios e voluntarios que, tendo perdido o anno, forem auctorisados a continuar a frequencia nos termos dos artigos 126.º

Art. 124.º Sendo todos os cursos das Escolas industriaes de applicação pratica e especial, commercial, industrial ou de arte industrial e sendo ainda mesmo o ensino das linguas portugueza e franceza dado em condições linguísticas e technicas que exigem methodos particulares, de exposição, não se deverá consentir a matricula a nenhum alumno que não se obrigue a seguir os cursos com frequencia regular e não declare sujeitar-se aos exames finaes nas proprias escolas.

§ unico. O alumno que apesar de haver feito a declaração supra, preferir, por qualquer motivo, fazer exame em outro estabelecimento official, não será admittido a outra matricula com prejuizo dos que se destinam especialmente a profissões industriaes.

Art. 125. Para a matricula como alumno ordinario ou voluntario no curso primario elementar não será necessaria habilitação alguma. Para a matricula nas cadeiras de desenho architectonico, ornamental ou mechanico será necessaria a approvação nas duas classes do desenho elementar. Para a matricula no curso de instrução geral complementar será necessaria a approvação no exame de instrução primaria elementar.

Transitoriamente, e durante tres annos, é substituida esta approvação por um exame que constará de provas summarias, dadas na escola perante um jury de tres professores e que versarão sobre leitura, escripta e pratica das quatro operações de numeros inteiros e decimaes.

Art. 126.º As matriculas serão gratuitas e deverão verificar-se, em regra, durante quinze dias antes da abertura das aulas.

§ 1.º Depois de findo o praso das matriculas e durante todo o anno lectivo, poderão ser admittidos alumnos extraordinarios, havendo logares disponiveis.

§ 2.º Quando o numero de individuos que concorrerem á matricula exceder o numero de logares disponiveis, os que apparecerem a mais serão inscriptos como *supplentes* para serem matriculados e admittidos quando houver vacatura.

Art. 127.º As aulas abrirão no primeiro dia util do mez de outubro e fecharão no ultimo dia util do mez de junho.

§ unico. O trabalho nas officinas annexas á escola ou d'ella dependentes poderá durar todo o anno.

Art. 128.º Nas officinas annexas á escola ou d'ella dependentes só haverá feriado nos dias santificados, podendo porém haver cursos dominicaes.

III. -- Os trabalhos e a exposição publica. Dos exames e premios. Outras classificações

Art. 129.º De entre os desenhos dos alumnos serão conservados na escola o primeiro e os subsequentes que forem julgados necessarios para prova de frequencia nas condições em que essa prova é dada no presente regulamento; os restantes poderão ser entregues a seus auctores.

§ unico. Cada desenho, prova de modelação ou producto do trabalho officinal deverá ser sempre acompanhado de todas as informações ordenadas pela portaria de 30 de junho de 1890.

Todos os trabalhos dos alumnos, quer sejam desenhos, quer provas de modelação ou productos das officinas devem trazer, alem da designação do valor especial de cada trabalho, o valor geral da frequencia escolar nos termos do artigo 134.º e seus paragraphos.

Art. 130.º Serão expostos annualmente no Museu industrial e commercial da séde da circumscripção os desenhos e modelos executados pelos alumnos de cada uma das escolas, que forem julgados necessarios para demonstrar o estado do ensino.

§ unico. Estes desenhos e modelos darão entrada nos museus até 30 de outubro, e conservar-se-hão ahi expostos durante sessenta dias pelo menos, findos os quaes serão archivados nos museus.

Art. 131.º Haverá ainda a exposição annual collectiva dos trabalhos de todas as Escolas industriaes do reino de que trata o artigo 52.º do regulamento dos Museus, que será feita nas seguintes condições:

§ 1.º Os trabalhos expostos serão os do ultimo anno lectivo juntando-se quaesquer outros dos annos lectivos anteriores, que sirvam para documentar a marcha progressiva das escolas e officinas ou de certos e determinados cursos d'ellas n'um periodo dado, ou emfim de certos e determinados methodos de ensino.

§ 2.º Não se admittem á exposição trabalhos que não

sejam os escolares, executados no decurso dos annos lectivos, ficando portanto excluidos os trabalhos feitos *ad hoc*.

§ 3.º Os professores das Escolas industriaes, e só estes, poderão expor, separadamente, trabalhos de merito relevante, que se relacionem directamente com as especialidades que as escolas representem.

§ 4.º Os dois inspectores, em conferencia, relatarão ao governo, pela direcção geral do commercio e industria, ácerca do aproveitamento do ensino e das modificações regulamentares que a experiencia aconselhe introduzir.

§ 5.º A primeira exposição collectiva effectuar-se-ha no dia 1 de setembro de 1893.

Art. 132.º Aos alumnos mais distinctos d'entre os que houverem sido approvados com quinze valores, ou mais, serão conferidos premios pecuniarios:

a) De 5\$000 a 10\$000 réis, para os exames de desenho elementar;

b) De 7\$000 a 20\$000 réis, para os exames das outras disciplinas;

c) De 10\$000 a 25\$0000 réis, para os exames destinados a comprovar o adiantamento nos trabalhos manuaes.

§ unico. A importancia total dos premios conferidos em cada anno não poderá exceder a 100\$000 réis para cada escola.

Art. 133.º Os premios de que trata o artigo antecedente serão conferidos pelo inspector da circumscripção, em sessão publica, mediante proposta do conselho escolar, formulada em vista do parecer do professor ou mestre respectivo e de informação do jury dos exames.

§ unico. Aos alumnos premiados será passado um diploma especial, assignado pelo inspector e pelo director da escola, sellado com o respectivo sello, livre de qualquer despesa.

Art. 134.º Em todas as disciplinas professadas nas escolas haverá exames finaes no fim de cada anno lectivo, antes das ferias grandes. Haverá tambem provas do adiantamento dos alumnos ordinarios nos trabalhos manuaes.

§ 1.º Para o exame ter-se-hão de preferencia em conta as provas de frequencia e respectivos valores.

§ 2.º Para os exames de desenho as provas poderão começar um mez antes da conclusão do anno lectivo, fazendo os alumnos os seus trabalhos durante as horas da aula.

Art. 135.º A classificação de frequencia distincta, dada pelo professor da respectiva disciplina e confirmada pelo

conselho da escola dispensa do exame final da dita disciplina, do exame de passagem de classe a classe ou de anno a anno.

§ unico. Nas Escolas industriaes elementares compete ao inspector conceder ou negar a confirmação ao attestado de boa frequencia, proposto pelo respectivo professor.

Art. 136.º Considera-se nota de distincta frequencia a de quinze valores (inclusivé) para cima. Não a tendo, o alumno será obrigado ao exame de passagem, final ou de anno.

Art. 137.º Os exames de todas as disciplinas serão feitos perante um jury composto de dois professores da escola sob a presidencia do inspector da circumscripção, ou de um professor por elle nomeado.

§ unico. No impedimento de algum dos professores da escola, o inspector nomeará um professor da mesma circumscripção para o substituir.

Art. 138.º Nas Escolas elementares os exames serão feitos perante um jury composto pelo inspector, pelo professor da escola e por um professor de outra escola nomeado pelo inspector.

§ unico. No impedimento do inspector substitui-o-ha um professor de sua nomeação.

Art. 139.º Serão admittidos a exame de desenho elementar, no seu grau preparatorio não só os alumnos das escolas, como os estranhos que o requererem, mas estes só o poderão ser na classe preparatoria.

§ 1.º O periodo de apresentação dos requerimentos será fixado pelo inspector da circumscripção.

§ 2.º As provas dos estranhos á escola serão em numero duplo das que forem exigidas aos alumnos.

Art. 140.º Os exames de desenho constarão de provas praticas feitas na escola durante os dias que o jury marcar, podendo os examinandos ser interrogados na occasião da apreciação d'essas provas.

Art. 141.º As provas de adiantamento nas officinas de trabalho manual annexas ás Escolas industriaes, quer privativas, quer contratadas, terão logar perante um jury composto pelo mestre da officina, pelo professor da cadeira mais directamente relacionada com o trabalho officinal e pelo inspector ou seu delegado.

§ unico. A estes exames não serão admittidos estranhos.

Art. 142.º A classificação dos exames finaes será sempre expressa por meio de numero de valores. Para esta classificação cada membro do jury arbitrará um numero com-

prehendido entre 0 e 20; a somma d'estes numeros, dividida pelo numero dos vogaes, constituirá o resultado do exame, sendo no quociente incluída sómente a primeira casa decimal.

§ 1.º A media de 0 a 5 exclusive corresponde á classificação de mau; de 5 a 10 exclusive, mediocre; de 10 a 15 exclusive, sufficiente; de 15 a 19 exclusive, bom; de 19 a 20, optimo.

§ 2.º Considera-se reprovado o examinando que obtiver uma media inferior a 10.

Art. 143.º Os alumnos que houverem frequentado com bom aproveitamento os cursos industriaes serão preferidos para a administração nas officinas do estado.

CAPITULO IV

Dos professores e seu provimento

I — Professores

Art. 144.º As disciplinas professadas nas escolas serão leccionadas por professores, com o vencimento annual de 400\$000 réis de categoria e 200\$000 réis de exercicio.

Os mesmos professores quando desempenhem outro cargo publico remunerado perceberão unicamente, como vencimento de exercicio, 400\$000 réis.

§ 1.º Nas escolas industriaes completas haverá um professor para cada uma das disciplinas enumeradas no artigo 86.º

§ 2.º Nas Escolas industriaes incompletas, o mesmo professor deverá reger:

a) O desenho elementar, e o architectural ou ornamental (n.ºs 4, 5 e 6);

b) Desenho mechanico, physica e mechanica industrial (n.ºs 7 e 8);

§ 3.º Nas Escolas industriaes elementares, o ensino do desenho elementar e o das 1.ªs classes do desenho architectonico (5) e ornamental (6) ou o de um só completo compete em regra a um unico professor.

§ 4.º Quando a frequencia á escola demonstre a impossibilidade de manter os agrupamentos de disciplinas, o inspector da circumscripção proporá o desdobramento, ao governo, que pedirá ás camaras a necessaria auctorisação.

Art. 145.º Os actuaes professores definitivos ou contratados e aquelles cujo provimento definitivo se acha

proposto pelo conselho de instrução commercial e industrial, nos termos da legislação anterior, serão distribuídos pelo governo segundo as suas aptidões e capacidade e as conveniências do ensino pelas Escolas industriaes, conservadas e reorganisadas por este decreto.

§ 1.º Os professores de que trata este artigo e que não poderem obter collocação serão considerados addidos ao quadro com o vencimento de categoria agora fixado, e serão successivamente collocados nas vagas que occorrem, em harmonia com o seu titulo de capacidade, e em igualdade de circumstancias por ordem da antiguidade na sua nomeação.

§ 2.º Enquanto houver professores addidos nas condições do paragrapho anterior não poderão ser nomeados novos professores da respectiva disciplina para qualquer escola que venha a ser creada.

Art. 146.º Ficam dispensados do serviço os professores provisórios actualmente existentes, os quaes terão, contudo, preferencia mediante concurso, nas futuras nomeações para as Escolas industriaes e Lyceus.

§ unico. Se por urgencias do ensino for necessario conservar em serviço algum dos professores de que trata este artigo será obrigado a concurso dentro do praso de seis mezes.

Art. 147.º As nomeações de novos professores só poderão ter logar mediante concurso de provas publicas e nos termos que em diploma especial se determinar.

§ unico. Ao governo, em todo o caso, será licito sempre que o julgar conveniente contratar pessoal docente fóra do paiz.

Art. 148.º Sobre representação dos professores, os inspectores poderão propor á direcção geral a nomeação de decuriões escolhidos exclusivamente de entre os alumnos mais habilitados.

§ 1.º Estes decuriões serão remunerados; a remuneração será proposta ao governo pelo inspector, ouvido o professor respectivo, mas não poderá exceder um terço do vencimento do respectivo professor e depende sempre de verba auctorisada no respectivo orçamento.

§ 2.º Só quando provadamente seja impossivel attender ás exigencias do ensino, fundadas na frequencia, por meio da instituição dos decuriões, poderá o inspector propor o desdobramento da cadeira e a nomeação de novo professor, nos termos do § 4.º do artigo 144.º

II. — Deveres dos professores

Art. 149.º Os deveres e obrigações dos professores continuam a ser reguladas pelo disposto no artigo 67.º do regulamento approved por decreto de 23 de fevereiro de 1888.

Art. 150.º Os professores são obrigados a dar aula todos os dias uteis, em cursos diurnos e nocturnos, conforme as necessidades do ensino e exigencias do presente decreto, dos respectivos programmes de ensino e horarios subsequentes.

§ unico. Os professores são, alem d'isso, obrigados a trabalhos praticos de demonstração, conforme as respectivas cadeiras, em harmonia com as exigencias do ensino e as necessidades da industria local.

Art. 151.º É incompativel a leccionação particular com o exercicio do professorado nas Escolas industriaes.

Art. 152.º Os professores das Escolas industriaes, qualquer que seja a sua categoria, necessitam de prévia licença do ministerio das obras publicas, commercio e industria, para accumularem esses logares com outras funcções publicas. O professor que acceitar a nomeação para qualquer outro cargo publico, sem aquella auctorisação, será considerado como tendo renunciado ao cargo que exercia.

§ unico. A auctorisação de que trata este artigo pôde ser concedida ou negada conforme as conveniencias do serviço da escola o aconselharem, e ouvido previamente o conselho de instrucção industrial e commercial.

III.—Premios

Art. 153.º Serão conferidos annualmente dois premios de 100\$000 cada um aos professores de desenho das Escolas industriaes de cada circumscripção, sendo um dos premios para os professores nacionaes e o outro para os estrangeiros, que derem melhores provas de aptidão e zêlo pelo ensino.

§ unico. Estes premios serão conferidos pelo governo, por proposta fundamentada do inspector, em que seja cuidadosamente comparado o serviço feito no ensino pelos professores da circumscripção respectiva, a acção d'esses professores sobre o progresso intellectual e a disciplina moral das escolas.

Art. 154.º É estabelecido um premio quinquennal de 500\$000 réis, para a melhor obra didactica de arte ou

de sciencia applicada ou de technica officinal elaborada em harmonia com o programma das escolas industriaes.

§ unico. A adjudicação do premio será feita por um jury presidido pelo director geral do commercio e industria, e composto dos inspectores das escolas industriaes e de quatro professores nomeados pelo governo e escolhidos dois entre os Institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto, e dois entre os das Escolas industriaes.

Art. 155.º O premios de que trata o artigo 153.º serão dados, não em vista do merecimento absoluto, mas sim attendendo aos progressos feitos por cada professor e pelos seus alumnos durante o periodo a que o concurso disser respeito e attendendo sempre ao zelo e á assiduidade, demonstrada no desempenho das suas funcções.

CAPITULO V

Da direcção e do conselho escolar

Art. 156.º Continuum em vigor as disposições contidas nos capitulos IV, V e VI, titulo II do regulamento approvado por decreto de 23 de fevereiro de 1888.

Art. 157.º Nas Escolas industriaes elementares o professor unico será considerado director para todos os effeitos applicaveis, salvo no que respeita á respectiva gratificação; e quando houver mais de um professor terá as funcções de director o que for nomeado pelo governo, exercendo o mais novo as funcções de secretario.

CAPITULO VI

Da inspecção

Art. 158.º Para a direcção e fiscalisação do ensino nas Escolas industriaes é o continente do reino dividido em duas circumscripções, comprehendendo:

A **Circumscripção do sul** (*primeira*) — os districtos administrativos de Beja, Castello Branco, Evora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre e Santarem;

A **Circumscripção do norte** (*segunda*) — os districtos administrativos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Vianna do Castello, Villa Real e Vizeu.

§ 1.º Os districtos administrativos de Angra, Funchal, Horta e Ponta Delgada ficarão annexados á primeira cir-

circumscrição, enquanto não for constituída circumscrição especial nas ilhas adjacentes.

§ 2.º Quando o ulterior desenvolvimento das escolas reclamar a criação de novas circumscrições, o governo fixará as areas respectivas.

Art. 159.º Para dirigir e fiscalisar o ensino nas Escolas industriaes haverá em cada circumscrição um inspector nomeado em commissão, livremente escolhido pelo governo, mas sempre pessoa idonea que haja provado a sua capacidade, quer no professorado das escolas profissionaes, quer na direcção de estabelecimento dependente da direcção geral do commercio e industria, ou ainda por trabalhos de character especial, profissional, de reconhecido merito.

Art. 160.º Compete ao inspector:

1.º Cumprir e fazer cumprir as leis e os regulamentos em vigor, e as ordens e instrucções que lhe forem transmittidas pela direcção geral do commercio e industria;

2.º Fiscalisar o ensino, a policia e a administração das escolas da circumscrição; vigiar o serviço dos professores e mais empregados das mesmas escolas, e o estado de conservação do material;

3.º Corresponder-se com o governo por intermedio da direcção geral do commercio e industria; participar a esta todas as occorrencias extraordinarias e faltas ou irregularidades graves, praticadas pelo pessoal das escolas;

4.º Visitar cada uma das escolas da circumscrição trimestralmente, participando sempre á direcção geral do commercio e industria o dia da partida e o do regresso;

5.º Vigiar a execução dos programmas e regulamentos; relatar ao governo os methodos seguidos pelos professores; propor de sua iniciativa tudo o que for util para orientar superiormente o ensino das escolas; emfim relatar a frequencia e o aproveitamento dos alumnos nas aulas e officinas;

6.º Presidir aos exames nas diversas escolas; nomear os jurys dos exames em harmonia com as disposições d'este regulamento;

7.º Presidir aos jurys dos concursos para provimento dos logares do magisterio nas escolas da circumscrição;

8.º Consultar sobre as propostas para a nomeação de mestres e decuriões;

9.º Apresentar os programmas para os cursos e os projectos de instrucções regulamentares para o regimen interno de cada uma das escolas e dos estabelecimentos a ellas annexos ou seus dependentes;

10.º Aplicar aos professores as penas de advertencia verbal e de reprehensão verbal ou registada, nos termos do § 5.º do artigo 43.º do plano approved por decreto de 30 de dezembro de 1886; reprehender e suspender até cinco dias os empregados subalternos e menores; propor ao governo a aposentação, suspensão e demissão do pessoal da escola;

11.º Conceder até oito dias de licença aos professores e aos empregados subalternos;

12.º Satisfazer ás requisições dos directores das Escolas industriaes e ás dos professores das escolas industriaes; fazer aquisição do material de ensino, mobilia e utensilios para as escolas e officinas da circumscripção, dentro dos limites das respectivas verbas orçamentaes, e em harmonia com as disposições do regulamento geral de contabilidade publica e com as instrucções da direcção geral do commercio e industria;

13.º Tomar, em casos urgentes, as resoluções extraordinarias que as circumstancias reclamarem, participando immediatamente ao governo as providencias adoptadas;

14.º Propor ao governo todas as medidas que julgar convenientes para desenvolver e aperfeiçoar o ensino.

15.º Organisar os mappas da estatistica escolar e apresentar annualmente ao governo um relatorio sobre o movimento da circumscripção, que deverá ser entregue até ao dia 31 de outubro e impresso sempre no *Diario do Governo* e no *Boletim* do respectivo museu.

§ unico. Na falta ou impedimento temporario do inspector fará as suas vezes o professor das Escolas industriaes ou de desenho industrial que o governo determinar.

CAPITULO VII

Conferencias escolares e disposições geraes

Art. 161.º Os directores e professores das escolas communicarão ao respectivo inspector as circumstancias especiaes locaes da sua escola e as exigencias particulares que d'ahi provém, formulando ao mesmo tempo alvitres e propostas para satisfazer ás necessidades indicadas.

§ unico. Os inspectores participarão ao governo a summa d'esses alvitres e propostas, emittindo sobre elles o seu parecer ou communicando as providencias que tiverem tomado dentro dos limites das suas attribuições.

Art. 162.^o Todos os programmas de ensino relativos ás Escolas industriaes e officinas annexas deverão ser apresentados á approvação do governo por via da direcção geral do commercio e industria e publicados no *Boletim* do respectivo Museu.

§ 1.^o Os programmas supra indicados deverão ser apresentados pelos inspectores dentro do mais breve praso possivel.

§ 2.^o Todos os programmas estão sujeitos a revisão, conforme as necessidades e o aperfeiçoamento gradual dos methodos de ensino.

§ 3.^o Quaesquer modificações dos programmas iniciaes serão sempre justificadas pelos inspectores.

Art. 163.^o Os empregados administrativos, subalternos e menores, de nomeação definitiva, dos Institutos, e das Escolas industriaes supprimidas, ficarão addidos, e perceberão, enquanto não forem collocados em serviço activo, o vencimento de categoria marcado nas tabellas A e C, que fazem parte d'este decreto.

Ficam dispensados do serviço os empregados provisorios das mesmas escolas.

Art. 164.^o Os alumnos das Escolas industriaes que funcionem em localidades onde haja lyceus, poderão abrir matricula n'esses lyceus para a frequencia das linguas portugueza e franceza, com dispensa de pagamento das respectivas propinas, quando as referidas disciplinas não pertencam aos cursos das mesmas escolas, e se mostrem habilitados com approvação no curso primario elementar industrial, e no exame de admissão aos lyceus.

Art. 165.^o A real casa pia de Lisboa, ás misericordias, aos asylos municipaes, e em geral a todas as instituições de assistencia publica subsidiadas pelo Estado, e que tenham a seu cargo a educação de menores, corre a obrigação de se aproveitarem das Escolas industriaes em beneficio dos que se destinem ás artes e officios.

Art. 166.^o As Escolas industriaes incompletas e elementares que não justificarem pela boa frequencia e aproveitamento a sua conservação, poderão ser supprimidas ou transferidas para outra localidade, sob proposta do respectivo inspector, e ouvido o conselho de instrucção commercial e industrial.

Art. 167.^o O governo fará os regulamentos necessarios para a execução d'este decreto, devendo codificar-se em um só diploma todas as disposições que ficam em vigor para o ensino industrial e commercial.

Art. 168.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda e interino dos do reino, da marinha e ultramar, dos estrangeiros, das obras publicas commercio e industria e interino da instrucção publica, assim o tenham entendido e façam executar.

Paço, em 8 de outubro de 1891. = REI. = *Marianno Cyrillo de Carvalho* = *Julio Marques de Vilhena* = *Conde de Valbom* = *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco*.

INSTITUTOS

Tabella de vencimentos — A

1 Director — gratificação.....	300\$000
2 Professores da 8. ^a disciplina da secção industrial e da 8. ^a e 9. ^a disciplinas da secção commercial.	
Vencimento de categoria.....	550\$000
Vencimento de exercício.....	250\$000
Os mesmos professores quando desempenhem outro cargo — vencimento de exercício.....	400\$000
4 Professores das outras disciplinas :	
Vencimento de categoria.....	600\$000
Vencimento de exercício.....	300\$000
5 Os mesmos professorês quando desempenhem outro cargo publico — vencimento de exercício	500\$000
6 Secretario :	
Vencimento de categoria.....	450\$000
Vencimento de exercício.....	150\$000
7 Official :	
Vencimento de categoria.....	350\$000
Vencimento de exercício.....	150\$000
8 Fiel :	
Vencimento de categoria	300\$000
Vencimento de exercício.....	150\$000
9 Primeiro amanuense :	
Vencimento de categoria	260\$000
Vencimento de exercício.....	100\$000
10 Segundo amanuense :	
Vencimento de categoria	180\$000
Vencimento de exercício.....	80\$000
11 Preparador :	
Vencimento de categoria	260\$000
Vencimento de exercício.....	100\$000
12 Mestre da officina de instrumentos de precisão :	
Vencimento de categoria	360\$000
Vencimento de exercício.....	180\$000

13 Porteiro:

Vencimento de categoria	260\$000
Vencimento de exercício.....	100\$000

14 Guarda:

Vencimento de categoria.....	180\$000
Vencimento de exercício.....	74\$500

15 Servente:

Vencimento de categoria.....	144\$000
Vencimento de exercício.....	72\$000

16 Guarda-portão:

Vencimento de categoria.....	144\$000
Vencimento de exercício.....	72\$000

MUSEUS

Tabella de vencimentos — B

Director :

Vencimento de exercicio.....	450\$000
------------------------------	----------

Conservador :

Vencimento de categoria.....	350\$000
Vencimento de exercicio	150\$000

Fiel :

Gratificação.....	120\$000
-------------------	----------

Guarda :

Vencimento de categoria.....	150\$000
Vencimento de exercicio	90\$000

Servente :

Vencimento de categoria.....	100\$000
Vencimento de exercicio.....	60\$000

ESCOLAS INDUSTRIAES

Tabella de vencimentos — C

Inspector :	
Vencimento de exercicio.....	360\$000
Director :	
Gratificação	100\$000
Secretario :	
Gratificação	72\$000
Professor :	
Vencimento de categoria	400\$000
Vencimento de exercicio	200\$000
Amanuense, servindo de fiel :	
Vencimento de categoria.....	180\$000
Vencimento de exercicio	180\$000
Amanuense :	
Vencimento de categoria.....	180\$000
Vencimento de exercicio.....	60\$000
Fiel :	
Vencimento de categoria.....	180\$000
Vencimento de exercicio	120\$000
Guarda :	
Vencimento de categoria.....	100\$000
Vencimento de exercicio	80\$000
Servente :	
Vencimento de categoria.....	100\$000
Vencimento de exercicio	44\$000

Paço, em 8 de outubro de 1891.—*João Ferreira Franco*
Pinto Castello Branco.

L.S.C.A.L.

ENT. 6032

DATA CB/04/14

COTA P.A. 521

